

Universidade Federal de Uberlândia
Curso de Pedagogia a Distância

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Prof. FABIANE SANTANA PREVITALI

Segunda Edição
Revista e Atualizada

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Reitor

Valder Steffen Júnior

Coordenador UAB/CEAD/UFU

Maria Teresa Menezes Freitas

Conselho Editorial

Aléxia Pádua Franco - UFU

Carlos Rinaldi - UFMT

Carmen Lucia Brancaglioni Passos - UFScar

Célia Zorzo Barcelos - UFU

Diva Souza Silva - UFU

Eucídio Arruda Pimenta - UFMG

Ivete Martins Pinto - FURG

João Frederico Costa Azevedo Meyer - UNICAMP

Maria Irene Miranda - UFU

Marisa Pinheiro Mourão - UFU

Edição

Centro de Educação a Distância

Comissão Editorial - CEAD/UFU

Diagramação

Equipe CEAD/UFU

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/CAPES
Carlos Cezar Modernel Lenuzza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
REITOR
Valder Steffen Júnior

VICE-REITOR
Orlando César Mantese

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DIRETORA E REPRESENTANTE UAB/UFU
Maria Teresa Menezes Freitas

SUPLENTE UAB/UFU
Aléxia Pádua Franco

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED - UFU
DIRETORA
Mara Rúbia Alves Marques

COORDENADOR
Rafael Duarte Oliveira Venâncio

CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
COORDENADORA GERAL
Maria Irene Miranda

EQUIPE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFU - CEaD/UFU

ASSESSORA DA DIRETORIA

Sarah Mendonça de Araújo

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Alberto Dumont Alves Oliveira

Darcius Ferreira Lisboa Oliveira

Dirceu Nogueira de Sales Duarte Júnior

Gustavo Bruno do Vale

Leonor Teixeira Dias

Otaviano Ferreira Guimarães

REVISORA

Carina Diniz Nascimento

ESTAGIÁRIOS

Gabrieli Mazzola

Lívia de Souza Blondin

Ludmila Cruz Rezende Senna e Silva

Maria Gabriela Vieira Alves

Marília Regina Ribeiro de Melo

Matheus Martins Ananias Xavier

Raquel Pereira de Lima

Webert Silva de Paula

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
INFORMAÇÕES	7
APRESENTAÇÃO	8
<i>Módulo I – Introdução à Sociologia da Educação</i>	11
I – TEXTO BÁSICO	12
<i>Condicionantes Históricas do Nascimento da Sociologia</i>	12
<i>Comte e a Reorganização da Sociedade</i>	14
<i>Considerações Finais</i>	15
II - SÍNTESE DO MÓDULO	16
III – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR	16
IV - REFERÊNCIAS	17
<i>Módulo II – Émile Durkheim (1858 – 1917): a sociologia e os fatos sociais</i>	19
I – TEXTO BÁSICO	20
<i>Breve histórico de vida e obra de Durkheim</i>	20
<i>O Método Sociológico de Durkheim</i>	21
<i>Os Fatos Sociais como Coisas</i>	21
<i>O Fato Normal e o Fato Patológico</i>	23
<i>Considerações Finais</i>	26
II - SÍNTESE DO MÓDULO	27
III – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR	28
IV - REFERÊNCIAS	29
MÓDULO III – KARL MARX (1818 – 1883) : A sociedade e o princípio da contradição	31
I – TEXTO BÁSICO	32
<i>Método de Análise de Marx</i>	33
<i>A Diferença entre Essência e Aparência no Método Marxista</i>	34
<i>Trabalho e Alienação em Marx</i>	36
<i>Marx e a Educação</i>	39
<i>Considerações Finais</i>	39

SUMÁRIO

II - SÍNTESE DO MÓDULO	40
III – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR	40
IV - REFERÊNCIAS	41
ANOTAÇÕES	42
MÓDULO IV – MAX WEBER (1864-1920) : A sociedade da cultura	43
I – TEXTO BÁSICO	44
<i>O Método de Análise weberiano</i>	45
<i>A Busca da Objetividade nas Ciências Sociais</i>	45
<i>A Construção do Tipo Ideal</i>	47
<i>As Relações entre Religião e Capitalismo</i>	49
<i>Sociologia e Educação</i>	51
<i>Considerações Finais</i>	51
II - SÍNTESE DO MÓDULO	52
III – LEITURA DO TEXTO BÁSICO	52
IV – LEITURA COMPLEMENTAR	53
V- REFERÊNCIAS	53
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
VII - REFERÊNCIAS GERAIS	54

INFORMAÇÕES

Prezado(a) aluno(a),

Ao longo deste guia impresso você encontrará alguns “ícones” que lhe ajudará a identificar as atividades.

Fique atento ao significado de cada um deles, isso facilitará a sua leitura e seus estudos.



Destacamos alguns termos no texto do Guia cujos sentidos serão importantes para sua compreensão. Para permitir sua iniciativa e pesquisa não criamos um glossário, mas se houver dificuldade interaja no *Fórum de Dúvidas*.

APRESENTAÇÃO

Prezados (a) alunos (a),

Eu sou a professora Fabiane Santana Previtalli.

Sejam bem vindos à disciplina Sociologia da Educação I onde desenvolveremos estudos sobre a Sociologia da Educação. Discutiremos o que é a sociologia e seu objeto de estudo, qual seja: a estrutura social e as relações que os homens estabelecem entre si para garantir sua sobrevivência enquanto espécie. Estudaremos os teóricos que consideramos mais significativos para a explicação sociológica. São eles Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

Bem vindo a este desafio. Esperamos que vocês aproveitem e construam conosco novo conhecimento sobre a temática sociologia e educação, pois entendemos ser este o principal objetivo da relação ensino-aprendizagem.

CONTEÚDO BÁSICO

Para tanto, abordaremos os seguintes temas básicos:

- A sociologia enquanto conhecimento científico e seus condicionantes histórico-sociais, políticos, econômicos e culturais.
- Temas e conceitos da sociologia.
- Os principais precursores do pensamento sociológico (Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber) e as explicações sociológicas.
- Os desafios da sociologia relacionados à educação.

OBJETIVOS

Nossos objetivos são:

- Introduzir o aluno na discussão da Sociologia enquanto ciência e no contexto de seu nascimento.
- Capacitar os alunos no uso dos principais temas e conceitos abordados pela Sociologia.
- Analisar criticamente os principais precursores do pensamento sociológico: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.
- Discutir a sociologia nos diversos campos da atividade humana e na atividade do educador.

PRINCIPAIS MATERIAIS

Neste módulo, além do texto impresso (em suas mãos e disponível em arquivos específicos no ambiente de aprendizagem), você assistirá a vídeos-conferências e outras apresentações multimídias (disponíveis na Internet), fará leituras de textos e hipertextos além de desenvolver suas atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

TEMPO DE DEDICAÇÃO NESTE MÓDULO

Para desenvolver as atividades deste módulo, recomendamos dedicação de, pelo menos, 6 horas/dia.

PRINCIPAIS AVALIAÇÕES - FORMAS DE AVALIAÇÃO

Participação em todas as atividades propostas.



Módulo I – Introdução à Sociologia da Educação

CONTEÚDO BÁSICO

Discutiremos:

- a) Quais são os condicionantes históricos econômicos, sociais, políticos e culturais que levam ao nascimento e desenvolvimento da Sociologia no século XIX;
- b) Qual o objeto da Sociologia

OBJETIVOS

Você deverá ser capaz de caracterizar os condicionantes histórico-sociais, econômicos e culturais que possibilitaram o surgimento da sociológica enquanto uma ciência da realidade, bem como as especificidades dessa disciplina.

Bom trabalho!



I – TEXTO BÁSICO

Condicionantes Históricas do Nascimento da Sociologia

A sociologia nasce e se desenvolve nos tempos modernos. Ela é produto e objeto da modernidade, isto é do contexto social, econômico e político e cultural do período que se inicia na Idade Moderna e se estende até a Idade Contemporânea. Para entendermos melhor esse longo período histórico vejamos cada um deles em separado para em seguida abordarmos o nascimento do pensamento sociológico.

Vejamos as características fundamentais da Idade Moderna que compreende o período que vai de 1453 d.C. a 1789 d.C. quando ocorre a Revolução Francesa. Dentre as principais características desse período destacamos a formação dos primeiros Estados Nacionais. Cumpre destacar que a Espanha foi o primeiro Estado-Nação a ser formado. As descobertas além-mar ou dos novos mundos através do uso de grandes embarcações. A formação de uma economia política mercantilista. No universo cultural, devemos destacar o Renascimento, isto é, a redescoberta da cultura grego-romana tendo o Homem como o centro do universo.

Destaquemos ainda as chamadas Revoluções Burguesas, a Revolução Inglesa de 1640, quando o Rei se submete às leis e a Revolução Francesa de 1789. Esta última proclama os Direitos Universais do Homem e do Cidadão, a Revolução Industrial de 1750, com o surgimento das máquinas e da classe operária e o Iluminismo, o qual irá promover em grande medida o estabelecimento do pensamento científico fundado no racionalismo e no empirismo.

O século XVIII é palco de grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que colocaram problemáticas inéditas para os homens, especialmente no Ocidente Europeu.

Neste século ocorrem dois grandes processos revolucionários, quais sejam: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa que marcaram a instalação definitiva da sociedade burguesa capitalista.

Agora vejamos as características fundamentais da Idade Contemporânea que tem início a partir de 1789 e se estende até os nossos dias. Destaques inicialmente a consolidação do capitalismo em sua fase industrial. O estabelecimento de regimes liberais constitucionais, bem como a política econômica liberal. Portanto, o estabelecimento, em termos jurídicos, de uma sociedade de classes desiguais baseada na igualdade de todos perante as leis. As leis igualam os Homens e estas se tornam a base da união nacional.

A Idade Contemporânea tem início a partir de 1789 e se estende até os nossos dias. Ocorre a consolidação do capitalismo em sua fase industrial, o estabelecimento de regimes liberais constitucionais, bem como a política econômica liberal, uma sociedade de classes desiguais baseada na igualdade de todos perante as leis.

Tendo em conta esse cenário, destaques dois momentos históricos importantes da discussão sobre o surgimento da sociologia.

O primeiro momento tem início em 1750 e se estende até 1850, isto é, da segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX. O segundo momento tem início em 1850 e se estende até 1920, portanto, da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

Os trabalhos sociológicos desenvolvidos no primeiro momento (1750 – 1850) trazem em si a teoria sobre o progresso da sociedade e de sua transformação. A sociologia assume um caráter evolucionista. Estas teorias caracterizam-se por serem generalizantes, isto é, tentam explicar a totalidade da realidade social. O objeto é a análise dos problemas da nova sociedade: a industrial. Portanto, as teorias gerais são sobre a constituição e o desenvolvimento do capitalismo: as classes sociais (burguesia e proletariado; o Estado, a cultura). As explicações são fundadas nos movimentos históricos. Tem características evolucionistas, isto é, de progresso.

O objeto da sociologia enquanto ciência: a análise dos problemas
da nova sociedade urbano-industrial que se desenvolvia com
o capitalismo industrial

Cumpramos destacar que se desenvolvem nesse período as teorias de Darwin sobre a evolução das espécies de organismos mais simples para os mais complexos (Evolução das Espécies -1859). Essas teorias causam um choque muito grande no senso comum da sociedade europeia, mas por outro lado, são bastante aceitas no meio acadêmico, principalmente entre os pensadores sociais.

São desse período as obras de:

- **Auguste Comte** (1795 - 1857). Para este autor a sociedade evolui do estado mais simples (metafísico) ao mais complexo (positivo), quando os fenômenos passam a ser explicados com base na observação e formulação de leis objetivas. Mais tarde Comte irá influenciar as ideias de Durkheim.

- **Karl Marx** (1818 - 1883). Segundo o autor, a evolução do estado selvagem para o civilizado, mais desenvolvido. Afirma que há um processo evolutivo e revolucionário da sociedade capitalista burguesa para a sociedade comunista.

Cumpramos destacar que ambos os autores têm a mesma tese central: a sociedade evolui. O que os diferencia é o tipo de explicação para essa evolução. Cabe destacar que essas duas teorias estão presentes e são conflitantes até hoje.

É importante ainda mencionar que no período 1850 a 1920 temos a consolidação da Primeira Revolução Industrial, a aceleração do desenvolvimento capitalista e sua difusão para os demais países da Europa. Esse fato será um dos principais motivos para a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Devemos destacar ainda a Revolução Russa de 1917 que teve como inspiração as ideias de Marx e implicou no surgimento do primeiro regime de governo socialista.

Esse período corresponde também a um momento de grande salto tecnológico, com o nascimento das indústrias automotivas, cujo expoente é Ford em 1913, bem como do desenvolvimento dos setores ligados à siderurgia e à química. Observamos ainda o crescimento das cidades, a utilização do petróleo e da eletricidade como fontes de energia, a acentuação da divisão do trabalho e a administração científica do trabalho.

No que se refere à estrutura social, podemos destacar que os sindicatos começam a ser reconhecidos e há a criação das primeiras leis trabalhistas. Ao mesmo tempo, as revoluções socialistas na Europa são duramente perseguidas. Nesse contexto, difunde-se ainda mais a teoria de que a sociedade evolui sem passar pela transformação revolucionária.

Os primeiros trabalhos sociológicos que enfatizavam a teoria da transformação social através da Revolução sofrem um retrocesso. Observa-se maior preocupação com as possibilidades políticas de reorganização da sociedade. Podemos destacar ainda a preocupação crescente com uma definição do objeto da sociologia, diferenciando-o do econômico e político, tornando-a uma ciência específica. Nesse sentido, há menor

preocupação em relacionar a análise sociológica com os movimentos históricos.

Portanto, o século XIX é um período de grande efervescência do ponto de vista político, social, cultural. É o período de desenvolvimento do capitalismo industrial, quando ocorre a II Revolução Industrial (1850) com um grande desenvolvimento técnico, novas descobertas. É um período que pode ser considerado de progresso. A idéia de progresso, de evolução, de desenvolvimento é corrente entre as elites intelectuais. A dinâmica social é marcada pelo progresso. Ao mesmo tempo, é a época do acirramento dos conflitos e dos chamados problemas sociais, como questão da pobreza, da migração campo-cidade, do surgimento de novos grupos e classes sociais. De acordo com o historiador Hobsbawm:

“(...) nunca na história da Europa e poucas vezes em que outro lugar o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo” (HOBSBAWM, 1982: 127).

Assim, a sociologia é uma disciplina que busca entender as conseqüências provocadas pela consolidação do capitalismo e explicar a nova configuração social instituída após a ocorrência das Revoluções Industrial e Francesa. No campo econômico, este período foi marcado pela primeira fase da mundialização do capitalismo, o qual envolveu um processo de colonização dos países do continente africano e asiático, levando ao Imperialismo (HOBSBAWM, 1982).

Cumpramos ressaltar que as transformações econômicas, bem como o progresso tecnológico eram muito visíveis, fortalecendo a ideologia do desenvolvimento e do progresso técnico como algo que naturalmente acontecia na sociedade humana, sem que houvesse forças sociais em disputa.

Comte e a Reorganização da Sociedade

É nesse contexto do século XIX, visando refletir sobre essa nova ordem social que se desenvolvem as Ciências Sociais em geral e a Sociologia em particular, isto é do ponto de vista do surgimento de uma disciplina para o estudo da sociedade urbano-industrial. Cabe destacar que ela não nasce numa perspectiva de questionamento dessa sociedade, mas fundamentalmente como solucionadora dos problemas sociais numa perspectiva de reorganização da ordem social, visando o desenvolvimento. Havia, portanto, uma co-relação direta entre desenvolvimento econômico e social no pensamento sociológico nesse período.

A questão fundamental passava pela definição científica daquilo que seria o objeto da sociologia. Analisar cientificamente significava realizar uma análise semelhante aquela das Ciências Naturais. Há, portanto, uma transposição de conceitos físicos e biológicos para o estudo das sociedades e das relações sociais. Essas transposições resultaram no chamado darwinismo social, ou seja: no entendimento de que as sociedades se modificam e se desenvolvem em um mesmo sentido e que tais transformações representam a passagem de um estágio inferior para outro superior, em que o organismo social se mostra mais evoluído, mais adaptado e mais complexo.

Nas primeiras abordagens dos fenômenos sociais, como por exemplo, a pobreza,
procurou-se adaptar ao estudo da sociedade os métodos de
investigação das ciências naturais.

Comte é considerado um dos fundadores dos estudos da sociedade. Ele é quem cria o termo Sociologia para designar as ciências do Homem. Para o autor, a sociedade deve ser vista como um organismo, em que cada parte tem uma função específica e contribui para o funcionamento do todo. Portanto, ele desenvolve uma analogia entre a sociedade e os organismos vivos. Ainda para o autor, os fenômenos passam a ser explicados com base na sua descrição e na descoberta de leis objetivas que os determinam. Nesse estado, a sociedade está baseada na ciência positivista.

O positivismo é um empirismo. Para os positivistas, somente tem valor científico o que pode ser apresentado em uma experiência.

É importante situar o desenvolvimento do pensamento positivista no contexto histórico do século XIX. A expansão da Revolução Industrial pela Europa, obtida pelas revoluções burguesas que atingiram todos os países europeus até 1870, trouxe consigo a destruição da ordem feudal e a consolidação da nova sociedade burguesa capitalista. No final do século XIX, a livre concorrência começa a sofrer transformações com a crescente concentração de capitais industriais. Tem início a formação de uma economia monopolista.

Comte ainda realiza uma classificação das ciências, numa ordem de complexidade crescente. Em um primeiro estágio, as ciências mais abstratas, como a matemática e astronomia, em seguida, as ciências da vida e, por fim, as ciências do Homem, as quais são as mais complexas, que chamou de Sociologia e de Moral.

Nesse sentido, para o filósofo, a sociologia marca a realização completa do último estado positivo. Cabe a ela descobrir as condições da ordem social, a qual denominou de estática social, bem como as leis de progresso, denominada de dinâmica social.

Auguste Comte identificou na sociedade dois movimentos vitais. De um lado o dinâmico que representava a passagem para formas mais complexas de existência, como a industrialização. E, de outro lado, o estático, responsável pela preservação dos elementos permanentes de toda a organização social. As instituições que mantêm a coesão e garantem o funcionamento da sociedade, por exemplo, a família, a religião, a propriedade seriam responsáveis pelo movimento estático da sociedade.

O autor relaciona os dois movimentos de modo a privilegiar o estático sobre o dinâmico, portanto, a conservação sobre a mudança. Dessa forma, para ele, o progresso deveria aprimorar e aperfeiçoar os elementos da ordem social e não destruí-los.

Nesse sentido, podemos afirmar que a sociologia nasce e se desenvolve no mundo moderno. Ela é produto e objeto da modernidade, preocupando-se fundamentalmente com os chamados problemas sociais e tendo como perspectiva ideológica o desenvolvimento social.

Considerações Finais

Podemos entender a sociologia como umas das manifestações do pensamento moderno. Várias circunstâncias históricas e intelectuais foram importantes para a constituição da sociologia.

O surgimento da sociologia ocorre no contexto histórico que coincide com a desagregação da sociedade feudal e da consolidação da sociedade capitalista.

Cabe destacar que ela não nasce numa perspectiva de questionamento dessa sociedade, mas sim de descrever como ela está organizada.

O objetivo é definir cientificamente aquilo que seria o objeto das ciências sociais. E analisar cientificamente significava realizar uma análise semelhante aquela das Ciências Naturais. Há, portanto, uma transposição de conceitos físicos e biológicos para o estudo das sociedades e das relações sociais.

Comte é considerado um dos fundadores dos estudos da sociedade. Ele é quem cria o termo Sociologia para designar as ciências do Homem, classificando-a como a mais geral e a importante entre as ciências. Partindo dos pressupostos das ciências naturais, ele irá dizer que a sociedade deve ser vista como um organismo, em que cada parte tem uma função específica e contribui para o funcionamento do todo.

II - SÍNTESE DO MÓDULO

O século XIX é um período de grande efervescência do ponto de vista político, social, cultural. É o período de desenvolvimento do capitalismo industrial, quando ocorre a II Revolução Industrial (1850) com um grande desenvolvimento técnico, novas descobertas. É um período que pode ser considerado de progresso. A idéia de progresso, de evolução, de desenvolvimento é corrente entre as elites intelectuais. A dinâmica social é marcada pelo progresso. Ao mesmo tempo, é a época do acirramento dos conflitos e dos chamados problemas sociais.

É nesse contexto do século XIX, visando refletir sobre essa nova ordem social que se desenvolvem as Ciências Sociais em geral e a Sociologia em particular. Isto é, do ponto de vista do surgimento de uma disciplina para o estudo da sociedade urbano-industrial.

O objetivo dos pesquisadores nesse período é definir cientificamente aquilo que seria o objeto da sociologia. E analisar cientificamente significava realizar uma análise semelhante aquela das Ciências Naturais. Há, portanto, uma transposição de conceitos físicos e biológicos para o estudo das sociedades e das relações sociais. Essas transposições resultaram no chamado darwinismo social, ou seja, no entendimento de que as sociedades se modificam e se desenvolvem em um mesmo sentido e que tais transformações representam a passagem de um estágio inferior para outro superior, em que o organismo social se mostra mais evoluído, mais adaptado e mais complexo.



III – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado(a) aluno(a),

Para ampliar as informações sobre os saberes trabalhados no módulo 1 e complementar a sua compreensão sobre o estudo realizado, acesse o link abaixo:

<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a03v2141.pdf>

Nesse endereço eletrônico você acessará o texto intitulado O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914) de Laurent Mucchielli.



IV - REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

COSTA, C. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Moderna. 2000.

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

TOMAZI, N. **Introdução a Sociologia**. Porto Alegre: L&M. 2000.

Bibliografia Complementar:

BOOTMORE, T e NISBET, R. (org). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1980.

HOBSBAWM, E. **As Revoluções Burguesas**. Madrid: Guadamarra.1982.



MÓDULO II - ÉMILE DURKHEIM (1858 - 1917): A SOCIOLOGIA E OS FATOS SOCIAIS

CONTEÚDO BÁSICO

- a) Vida e obra de Durkheim;
- b) Discussão sobre o método e conceitos fundamentais da teoria durkheimiana;
- c) Contribuições de Durkheim para a educação.

OBJETIVO

Neste módulo, você deverá ser capaz de discutir a explicação sociológica de Durkheim e caracterizar o método e os conceitos desenvolvidos pelo autor, relacionando suas influências na prática educativa.

Bem vindo a esse novo desafio!

I – TEXTO BÁSICO

Breve histórico de vida e obra de Durkheim

Emile Durkheim, filósofo e sociólogo francês (Épinal 1858 - Paris 1917). Foi o primeiro a ensinar sociologia na França e em 1897, fundou a primeira revista sociológica francesa - *L'Année sociologique*. Deu a essa disciplina os caracteres de uma ciência, definindo seu objeto específico e elaborando a primeira teoria geral que integrava os dados observáveis.

Cursou ciências sociais em Paris e reencontrou, em seu laboratório de psicologia na Alemanha, Wilhelm Wundt, filósofo e psicólogo alemão que realizou estudos de psicologia dos povos e teve muita influência em seus estudos. Nesse período teve também contato com textos de Marx e visitou várias Universidades alemãs. Na volta à França, publicou dois artigos sobre a filosofia social e ciências sociais na Alemanha na *Revue Philosophique*.

Em 1887, foi nomeado professor de pedagogia e ciência social na Faculdade de Letras da Universidade de Bordeaux, por indicação de Espinas. Por seu intermédio a Sociologia foi introduzida pela primeira vez numa Universidade francesa como matéria de ensino, segundo Cuin e Gresle (1995). Neste mesmo ano casou-se com Louise Dreyfus, filha de um industrial de caldeiras.

Em 1893, defendeu sua tese de doutorado sobre a «**Divisão do trabalho social**» e tornou-se titular de sua cátedra em Bordeaux. Um ano depois, publicou “**As regras do método sociológico**». Esses dois textos são marcos de sua proposta metodológica para o estudo da sociologia. Estava voltado para a importância das «regras»: as regras do método sociológico e as regras que balizam o comportamento social, que dão bases para o desenvolvimento de uma solidariedade orgânica na vigência da divisão do trabalho social.

Em 1896, transformou sua cadeira na Universidade de Bordeaux em Cátedra de Ciências Sociais. Fazendo um paralelo com o que foi registrado sobre a história da segunda metade do século XIX, este ano coincide com o fim da depressão econômica, de acordo com os marcos apresentados por HOBBSAWM (1982). Contudo, apesar da expansão do sistema capitalista e do progresso tecnológico, Durkheim estava, nesse momento, especialmente preocupado com duas questões: o crescente individualismo que a nova ordem social propiciava e a necessidade de fortalecer a educação moral da juventude, como estratégia de contenção dos individualismos, visando o de processos de coesão social.

Em 1902 foi encarregado do Curso de Ciências da Educação na Sorbonne, em Paris. Nesse período publicou numerosos artigos, entre eles: «**Pedagogia e Sociologia**», «**A Determinação do Fato Moral**», «**Representações Individuais e Representações Coletivas**». Foi neste período também que aderiu à Liga dos Direitos do Homem.

Em 1913, sua cátedra na Sorbonne passa a ser denominada Ciência da Educação e Sociologia, realizando enfim o seu interesse maior de estudo e fazendo a sociologia entrar na Sorbonne pela porta aberta pela ciência da educação.

Durkheim ainda realizou trabalhos com materiais etnológicos sobre os povos primitivos. Estão entre esses trabalhos a obra “**Algumas Formas Primitivas de Classificação**”, de 1903, escrita com seu sobrinho Marcel Mauss e “**As Formas Elementares da Vida Religiosa**”, de 1912, na qual, partindo da distinção entre o domínio do sagrado e do profano, propõe explicar cientificamente a religião.

No fim de sua vida, presenciou em território francês o terror da Primeira Guerra Mundial, onde perdeu, em 1916, seu único filho em combate. No ano seguinte veio a falecer.

O Método Sociológico de Durkheim

Embora Comte seja apontado como o pai da sociologia e tenha-lhe dado esse nome, Durkheim é considerado um de seus grandes primeiros teóricos. Ele e seus colaboradores se esforçaram por emancipar a sociologia das demais teorias sobre a sociedade e constituí-la como disciplina rigorosamente científica. Em seus trabalhos sua preocupação fundamental foi definir rigorosamente o objeto, o método e as aplicações da nova ciência. Durkheim preocupou-se fortemente com a educação moral.

O autor percebia um «culto do individualismo» próprio dessa nova cultura europeia que se expandia pelo mundo. Sua preocupação com a reforma social se dirigia para o encontro do consenso entre os diferentes segmentos sociais de um mundo marcado pela complexidade/heterogeneidade da divisão do trabalho social. A busca do consenso era na visão durkheimiana fundamental para a construção do Estado-Nação e na construção de um sentimento de nacionalidade.

Para Durkheim, era necessária a construção de um novo objeto do conhecimento científico: a sociedade. Ela deveria ser estudada no interior de uma ciência positiva, isto é, determinada por suas bases empíricas e o esforço de observação desinteressada da sociedade.

Assim, segundo Durkheim, para o desenvolvimento da sociologia enquanto ciência específica era preciso dotá-la de um método e de conceitos próprios de forma que a sociologia fosse capaz de explicar o que o autor passou a chamar de fatos sociais, os quais deveriam ser tratados como coisas.

Os Fatos Sociais como Coisas

Durkheim vai se inspirar em Comte para desenvolver o método de análise social. Para Durkheim a fim de que a sociologia se tornasse uma ciência, cumpria dotá-la de um método análogo ao das ciências naturais já constituídas. A regra fundamental, segundo o autor, é de considerar os “fatos sociais como coisas”. Portanto, para Durkheim, o sociólogo deve apreender do exterior e não contentar-se com a explicação que aqueles que vivem o fato social fornecem. Para o autor, a sociologia tem como objeto o fato social e não o conteúdo de pensamento por eles modelado, ou seja, não a idéia que se tem dele.

Segundo Durkheim, em sua obra **As Regras do Método Sociológico** (1895) - primeira obra metodológica escrita por um sociólogo para a análise da sociologia -, fatos sociais são:

“maneiras de pensar, agir e sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (DURKHEIM, 1985:3).

Nesse sentido, os fatos sociais:

“não podem ser confundidos com fenômenos orgânicos, pois consistem em representações e em ações e nem com os fenômenos psíquicos, que não existem senão na consciência individual e por meio dela” (DURKHEIM, 1985:3).

O cientista social deve tratar os fatos sociais devem ser tratados
como coisas, fenômenos que lhe são exteriores e que podem ser
observados e medidos de forma objetiva

Os fatos sociais são exteriores porque independem da vontade individual para sua ocorrência. De acordo com Durkheim, a sociedade possui um conjunto de valores, de regras, tais como: as práticas religiosas, as relações de trabalho, que são passadas de geração para geração. Os indivíduos encontram os valores prontos

ao nascer. Eles existem, portanto, fora das consciências individuais e são impostos ao indivíduo por meio de uma ação coercitiva. Nas palavras do autor:

“ (...) o fato social é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos” (DURKHEIM, 1985: 7).

Entretanto, o indivíduo somente sentirá essa coerção se tentar fugir às regras impostas pela sociedade. Caso contrário, ao aceitá-las a coerção se tornará útil, pois representará uma forma do indivíduo defender-se contra aqueles que resistirem às regras.

De acordo com Durkheim, os fatos sociais devem ser analisados como coisas. Em outras palavras, deve ser algo passível de ser analisado, por um lado, sem pré-noções do pesquisador e, por outro lado, sem a consideração com os contextos históricos. Dessa forma, garante-se maior objetividade à análise e, conseqüentemente, à sociologia enquanto ciência:

“(...) os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas (...) tratar fenômenos como coisas é tratá-los na qualidade de data que constituem o ponto de partida da ciência (...). Não é esta ou aquela concepção do ideal moral; é o conjunto de regras que determinam efetivamente a conduta (...). Precisamos, pois, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações a seu respeito; é necessário estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nesta qualidade que se apresentam a nós” (DURKHEIM, 1985: 24).

É necessário que o pesquisador afaste as pré-noções para que se liberte de falsas evidências, bem como de conceitos que podem não ser corretos, analisando o fato segundo o método científico:

“(...) quando um sociólogo empreende a exploração de uma ordem qualquer de fatos sociais, deve se esforçar por considerá-los naquele aspecto em que se apresentam isolados de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 1985: 39).

Segundo Durkheim, o fato social é definido segundo suas características exteriores. Sendo assim, é em função dos caracteres exteriores que os fatos sociais devem ser agrupados:

“(...) nunca tomar por objeto de pesquisa senão um grupo de fenômenos previamente definidos por certos caracteres exteriores que lhe são comuns, e compreender na mesma pesquisa todos aqueles que correspondem a esta definição” (DURKHEIM, 1985: 30-31).

Portanto, para Durkheim, a sociologia compreende uma ciência que deve apreender do exterior, não limitando-se às explicações daqueles indivíduos que vivenciam o fenômeno. A sociologia tem por objetivo explicar os fatos sociais e não o conteúdo de pensamento por eles modelados.

O fato social possui ainda como característica a sua generalidade. Para Durkheim, é social todo fato que é geral, isto é, que se repete. Por essa generalidade, os fatos sociais manifestam sua natureza coletiva ou um estado comum a um grupo, como as formas de habitação, de comunicação, os sentimentos e a moral.

A educação, entendida de forma geral, ou seja, a educação formal e a informal, desempenha para Durkheim uma importante tarefa na conformação dos indivíduos à sociedade em que vivem, a ponto de, após algum tempo, as regras sociais e culturais estarem internalizadas e transformadas em hábitos. O uso de uma determinada língua ou um comportamento religioso são internacionalizados nos indivíduos que passam a agir dessa forma e não de outra sem sequer pensar à respeito.

O Fato Normal e o Fato Patológico

Para Durkheim, a sociologia tinha por finalidade não somente explicar a sociedade, mas também encontrar soluções para a vida social. A sociedade, como todo organismo, apresentaria estados normais e patológicos, isto é, saudáveis e doentios.

Assim, em seguida à definição de fato social, Durkheim estabelecesse uma distinção entre um fato normal e um fato patológico. Essa distinção é feita em função das normas vigentes em uma dada sociedade. Nesse sentido, um fenômeno é normal à medida que consiste uma regra na sociedade. O autor dá o exemplo do crime. A primeira vista ele poderia ser classificado como patológico. No entanto, Durkheim afirma que ele é um fenômeno normal:

“(...) encarar o crime como uma doença social [fato patológico] seria admitir que a doença não é algo de accidental mas, ao contrário, que em certos casos deriva da constituição fundamental do ser vivo (...). O crime é normal porque seria inteiramente impossível uma sociedade que se mostrasse isenta dele” (DURKHEIM, 1985: 57 - 58).

O fenômeno é normal porque consiste uma regra na sociedade.

Durkheim argumenta ainda que o crime é “necessário” uma vez que constitui um meio de se verificar que a estrutura social, guiada pela consciência coletiva está em mudança:

“(...) onde existe [o crime], é porque os sentimentos coletivos estão no estado de maleabilidade necessária para tomar nova forma; e, ainda mais, contribui também às vezes, para predeterminar a forma que tomarão” (DURKHEIM, 1985: 61)

Assim, um fato social normal caracteriza-se pela sua regularidade e generalidade. Durkheim define três regras para a detecção do fato normal, quais sejam:

- a) “um fato é normal para um tipo de social determinado considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando se produz na média das sociedades desta espécie, consideradas na fase correspondente de sua evolução”;
- b) “pode-se verificar os resultados do método precedente fazendo ver que a generalidade do fenômeno se prende às condições gerais da vida coletiva no tipo social considerado”;
- c) “esta verificação é necessária quando o fato se liga a um aspecto social que ainda não cumpriu sua evolução integral” (DURKHEIM, 1985: 56).

Nesse sentido, o fato social normal é explicado pela sua ocorrência. Se, em um determinado momento ele é normal, na medida em que é geral e regular, pode tornar-se patológico, se as condições em que existe na sociedade forem consideradas ligadas à uma velha estrutura.

Os fatos sociais normais possuem três características:

são coercitivos, são exteriores aos indivíduos e são gerais.

Durkheim ressalta que é objeto da sociologia a análise do fato normal “explicando-o e distinguindo-o o seu contrário” (Durkheim, 1985: 64). Em sua obra **Da Divisão do Trabalho Social (1893)**, Durkheim elaborou

uma teoria da sociedade, fundada na concepção de solidariedade social, que pode ser caracterizada como “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica”. Essa distinção é feita a partir da divisão do trabalho existente na sociedade. Cabe destacar que, para Durkheim, o trabalho é a principal fonte de solidariedade e de desenvolvimento social.

Segundo o autor, a relação existente entre os indivíduos e a coletividade se faz evidenciar através da solidariedade existente nessa coletividade que surge através das relações entre os homens e conduz à “consciência coletiva”. Cumpre dizer que Durkheim afirmou a existência de uma consciência coletiva - idéia que fez escândalo na época -, definindo-a como conjunto dos sentimentos e crenças comuns à média dos membros de uma sociedade; não tem origem nos psiquismos dos indivíduos e não segue suas leis de evolução.

Ao contrário, o autor afirma que é ela que modela a psicologia individual, as instituições políticas, as idéias morais e religiosas e as categorias lógicas do pensamento. Entretanto, essa consciência coletiva realiza-se apenas nos indivíduos e estes têm características pessoais que não se explicam por fenômenos coletivos.

A solidariedade mecânica ocorre, de acordo com Durkheim, em uma sociedade onde a divisão do trabalho é menor e o modo de agir e pensar dos indivíduos é mais homogêneo, pois a consciência individual está mais próxima da consciência coletiva (conjunto de normas e valores existentes na sociedade e formuladas pelas consciências individuais, porém acima delas). Esse tipo de solidariedade ocorre, normalmente em coletividades pequenas. Cabe ressaltar que neste tipo de solidariedade, torna-se mais evidente o fato patológico, que sofrerá uma coerção exercida diretamente pelos cidadãos (direito repressivo).

Solidariedade mecânica: ocorre em uma sociedade onde a divisão do trabalho é menor e o modo de agir e pensar dos indivíduos é mais homogêneo.

Os indivíduos se identificam por meio da família, da religião e dos costumes. A consciência coletiva exerce aqui toda a sua influência.

Por outro lado, a solidariedade orgânica ocorre em coletividades em que a divisão do trabalho é maior e mais definida, devido à sua maior complexidade, sendo a consciência individual mais afastada da consciência coletiva. Por sua vez, os fatos patológicos nesta forma de solidariedade são menos evidentes. Porém, uma vez detectados, a coerção é praticada através das instituições criadas para este fim (direito repressivo). Neste caso, a família passa a ser econômica e socialmente secundária em relação ao trabalho.

Solidariedade orgânica: ocorre em uma sociedade onde a divisão do trabalho em que a divisão do trabalho é maior e mais complexa. Ela é típica das sociedades capitalistas em que os indivíduos tornam-se mais interdependentes em função de suas especializações. Essa interdependência garante a coesão social em lugar dos costumes e das tradições. A consciência coletiva se afrouxa.

Para Durkheim, esse tipo de sociedade caracteriza-se também por estar mais sujeita a conflitos e a um estado de anomia, isto é, uma situação na qual as normas são inexistentes ou contraditórias, de forma que o indivíduo não sabe como orientar sua conduta, levando ao enfraquecimento da coesão social.

Anomia: quando as normas sociais são inexistentes ou contraditórias, de forma que o indivíduo não sabe como orientar sua conduta, levando ao enfraquecimento da coesão social

Sendo assim, Durkheim diferencia sociedades mais simples ou primitivas, em que ocorre a solidariedade mecânica, da sociedade industrial moderna, em que se estabelece uma solidariedade orgânica uma vez que os indivíduos, dada a maior e mais complexa divisão do trabalho, passam a ocupar posições complementares na sociedade.

A passagem de uma a outra pode ser explicada pelo aumento da “densidade social”, que indica a intensidade das relações sociais e que deve ser distinguida da densidade demográfica. Sendo assim, a mudança nas mentalidades deve ser vista como uma consequência da mudança de solidariedade e não uma causa.

Quanto às noções de crime e sanção, Durkheim demonstrou que são relativas à sociedade, cumprindo a função de assegurar sua conservação. Em sua obra **O Suicídio (1897)**, Durkheim empregou de forma sistemática dados estatísticos para a elucidação de questões sociais. Ele observou a variação da taxa de suicídio segundo características sociais, como ocupação e estado civil, entre outras, e concluiu que explicações de caráter pessoal ou psicológico não são satisfatórios para a explicação do fenômeno.

Portanto, cabe destacar que a análise do social proposta por Durkheim se dá no sentido de explicar a ocorrência de um fenômeno, mas não o porquê desse fenômeno. É uma metodologia q se coloca dentro de uma ordem estabelecida e não se propõe a criticá-la. Em suma, Durkheim entende que a sociologia deve preocupar-se não com o porquê do fato social, mas sim em como ele ocorre.

A Explicação Sociológica de Durkheim

Portanto, podemos dizer que a constituição da sociologia como campo de conhecimento científico exigiu a elaboração de um quadro teórico, que desse corpo a um conjunto de conceitos e modelos de investigação. Estes seriam os passos necessários à realização de uma explicação sociológica.

Durkheim destaca o cuidado com a observação criteriosa e a descrição minuciosa dos fatos possibilitará se constituir tipos de educação, tipos de religião, tipos de família etc. em «sociedades da mesma espécie» e alcançar a explicação das condições necessárias para a constituição das propriedades características de uma instituição e como umas derivam das outras. Ou seja, para que os fatos observados possam ser classificados faz-se necessário que se tenha especial interesse pelos aspectos que indicam certa homogeneidade e regularidade.

Finalmente o pesquisador deve realizar um conhecimento desinteressado, independente de um julgamento prévio.

A Contribuição para a Educação

Durkheim desenvolve significativa análise da educação sob a perspectiva da sociologia. Para ele, a educação é um processo contínuo, presente em todas as sociedades. No entanto, considerando uma determinada espécie de sociedade em um determinado tempo de sua evolução, estabeleceram um conjunto de práticas educativas, que se constituem em fatos perfeitamente observáveis, em instituições sociais, portanto sendo parte da estrutura social e contribuindo para a coesão social.

Sendo assim, a educação é um **fato social** e, portanto, objeto dos estudos sociológicos. Sua externalidade se evidencia quando se verifica que suas idéias, valores, costumes, regras, normas, conteúdos e sentimentos são coisas distintas das pessoas que os internalizam. São realidades por si mesmas e possuem natureza própria, que se impõem sobre os indivíduos, e podem ser observadas no interior de instituições pedagógicas. A investigação científica irá buscar compreendê-las, explicar seu funcionamento e conjecturar o que elas deveriam ser para alcançar melhores resultados, tendo em vista os fins sociais da educação.

Para o autor, as práticas educativas não devem ser entendidas como isoladas de outras práticas sociais, posto que, apesar da relativa autonomia de cada sistema social na estrutura social, eles são sempre partes de um todo. A educação é uma instituição social que possibilita o aprendizado dos membros daquela sociedade sobre os direitos e os deveres, o progresso, as normas sociais e culturais.

Para Durkheim, os objetivos da educação são dados pela própria organização social da qual faz parte enquanto instituição. Assim, é a própria sociedade que impõe os objetivos da ação educativa. É ela que exerce sobre os educadores uma pressão moral no sentido de desenvolver nos educandos as qualidades comuns do grupo social e seus ideais coletivos, visando à coesão da estrutura social.

Os objetivos da educação, estão fortemente relacionados com a manutenção do que é comum à coletividade e com a constituição de mecanismos que possibilitem garantir a continuidade e a manutenção de estruturas sociais que assegurem as condições sociais de existência da própria sociedade

Considerações Finais

Durkheim em seus trabalhos demonstra sua preocupação em definir rigorosamente o objeto, o método e as aplicações da sociologia. No plano político, voltava-se para a busca do consenso social uma vez que, para ele, este era um elemento fundamental para a construção do progresso social.

Havia uma questão de fundo para Durkheim: era que se pudesse reconhecer que os fenômenos sociais são passíveis de serem investigados cientificamente, assim como o são os fenômenos físico-químicos e biológicos.

No que tange a educação, esta tem, para o autor, objetivos próprios e funções sociais bem definidas. Nesse sentido, para Durkheim, as práticas pedagógicas que visam instrumentalizar e sistematizar os processos educacionais devem buscar a integração dos indivíduos na organização social e sua disponibilidade para responder às expectativas dos diferentes meios sociais com os quais irá conviver.

Para que isso se realize é necessário que a prática educativa não vise apenas ao aperfeiçoamento, mas que sempre acrescente algo novo processo de aprendizagem, especialmente na infância. Nesse sentido, o processo educacional passa a contribuir significativamente para a formação de um novo ser social mais adaptado às mudanças do novo contexto social.

II - SÍNTESE DO MÓDULO

Para Durkheim a fim de que a sociologia se tornasse uma ciência, a regra fundamental é considerar os “fatos sociais como coisas”. O sociólogo deve apreender do exterior e não contentar-se com a explicação que aqueles que vivem o fato social fornecem. Para o autor, a sociologia tem como objeto o fato social e não o conteúdo de pensamento por eles modelado, ou seja, não a idéia que se tem dele.

Os fatos sociais são exteriores porque independem da vontade individual para sua ocorrência. De acordo com Durkheim, a sociedade possui um conjunto de valores, de regras, tais como: as práticas religiosas, as relações de trabalho, que são passadas de geração para geração. Os indivíduos encontram-os pronto ao nascer, existindo, portanto, fora das consciências individuais e sendo imposto a ele por meio de uma ação coercitiva.

O fato social possui ainda como característica a sua generalidade. Para Durkheim, é social todo fato que é geral, isto é, que se repete. Por essa generalidade, os fatos sociais manifestam sua natureza coletiva ou um estado comum a um grupo, como as formas de habitação, de comunicação, os sentimentos e a moral.

Durkheim define três regras para a detecção do fato normal, quais sejam:

- d) “um fato é normal para um tipo de social determinado considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando se produz na média das sociedades desta espécie, consideradas na fase correspondente de sua evolução”;
- e) “pode-se verificar os resultados do método precedente fazendo ver que a generalidade do fenômeno se prende às condições gerais da vida coletiva no tipo social considerado”;
- f) “esta verificação é necessária quando o fato se liga a um aspecto social que ainda não cumpriu sua evolução integral” (Durkheim, 1985: 56).

Nesse sentido, o fato social normal é explicado pela sua ocorrência. Se, em um determinado momento ele é normal, na medida em que é geral e regular, pode tornar-se patológico, se as condições em que existe na sociedade forem consideradas ligadas à uma velha estrutura.

De acordo com Durkheim, a relação existente entre os indivíduos e a coletividade se faz evidenciar através da solidariedade existente nessa coletividade que surge através das relações entre os homens e conduz à “consciência coletiva”.

A solidariedade mecânica ocorre, de acordo com Durkheim, em uma sociedade onde a divisão do trabalho é menor e o modo de agir e pensar dos indivíduos é mais homogêneo, pois a consciência individual está mais próxima da consciência coletiva (conjunto de normas e valores existentes na sociedade e formuladas pelas consciências individuais, porém acima delas).

Esse tipo de solidariedade ocorre normalmente em coletividades pequenas. Cabe ressaltar que neste tipo de solidariedade, torna-se mais evidente o fato patológico, que sofrerá uma coerção exercida diretamente pelos cidadãos.

Por outro lado, a solidariedade orgânica ocorre em coletividades em que a divisão do trabalho é maior e mais definida, devido à sua maior complexidade, sendo a consciência individual mais afastada da consciência coletiva.

Por sua vez, os fatos patológicos nesta forma de solidariedade são menos evidentes. Porém, uma vez detectados, a coerção é praticada através das instituições criadas para este fim (direito repressivo). Neste caso, a família passa a ser econômica e socialmente secundária em relação ao trabalho.

Para Durkheim, esse tipo de sociedade caracteriza-se também por estar mais sujeita a conflitos e a um estado de anomia, isto é, uma situação na qual as normas são inexistentes ou contraditórias, de forma que o indivíduo não sabe como orientar sua conduta, levando ao enfraquecimento da coesão social.

Para Durkheim o pesquisador deve realizar um conhecimento desinteressado. Melhor dizendo, o conhecimento deve ser procurado por si mesmo, deve expressar o que a realidade é, o que são as coisas, independente de um julgamento prévio. Assim, o esforço da sociologia da educação é no sentido de refletir sobre os processos da ação educativa no intento de conhecê-los, explicá-los e exprimir a sua natureza, o que deve ser acompanhado pela observação histórica do seu processo evolutivo.

O conhecer a sociedade em que se vive e as suas necessidades é essencial para que se possa estar ciente do que nos cerca, dos movimentos que conduzem o mundo e a cada um de nós e, tendo por base o conhecimento científico da sociedade e da educação, é possível encontrar caminhos para a tomada de decisões ou as reformas sociais.

A constituição do ser social, que se contrapõe à idéia de um desenvolvimento espontâneo e de uma natureza humana universal e imutável, se realiza através do processo de socialização. Por esse processo de aprendizagem social se dá a interiorização do conjunto de maneiras de ser, sentir, pensar e agir próprios do meio social em que se vive, o que é essencial para a integração social do indivíduo.

A educação, de acordo com a concepção durkheimiana, realiza a «socialização metódica», assim definida porque está institucionalizada, tem objetivos próprios e funções sociais bem definidas, o que inclui controlar e limitar o desenvolvimento humano, assim como decidir sobre coisas mais imediatas como a seleção de conteúdos para o ensino. São situações que se instituíram historicamente e seguem um protocolo de tradições grupais.



III – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado(a) aluno(a),

Para ampliar as informações sobre os saberes trabalhados no módulo 2 e complementar a sua compreensão sobre o estudo realizado, acesse o link abaixo:

<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22239.pdf>

Nesse endereço eletrônico você acessará o texto intitulado **Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica, de Marcos César Alvarez.**



IV - REFERÊNCIAS

Bibliografia Basica:

COSTA, C. Introdução a Sociologia. São Paulo: Ed. Moderna. 2000.

GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

TOMAZI, N. Introdução a Sociologia. Porto Alegre: L&M. 2000.

Bibliografia Complementar:

DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Ed. Cia. Nacional. 1985.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos. 1974.



MÓDULO III – KARL MARX (1818 – 1883) : A SOCIEDADE E O PRINCÍPIO DA CONTRADIÇÃO

CONTEÚDO BÁSICO

- a) Vida e obra de Marx;
- b) Discussão sobre o método e conceitos fundamentais da teoria marxista;
- c) Contribuições de Marx para a educação.

OBJETIVO

Neste módulo, você deverá ser capaz de discutir a explicação sociológica de Marx e caracterizar o método e os conceitos desenvolvidos pelo autor, relacionando suas influências na prática educativa.

Bom trabalho!

I – TEXTO BÁSICO

Breve histórico da vida e obra de Marx

Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818 em Treves, capital da província alemã do Reno que desempenhava importante papel cultural nessa região, misturando liberalismo revolucionário, vindo da França, com a reação do antigo regime liderada pela Prússia. Filho de Hirschel, um advogado bem-sucedido e conselheiro de justiça de origem judaica, intelectualmente um racionalista de formação tipicamente iluminista. Em 1824 abandonou o judaísmo, batizando-se com o nome de Heinrich. Filho de Enriqueta Pressburg, uma dona-de-casa que, apesar de descendente de rabinos, não teve qualquer influência intelectual sobre sua formação.

Aos 17 anos, Marx se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de Bonn. Não foram, porém, tempos de muito estudo e trabalho. O jovem descobriu a vida boêmia do estudante romântico, esbanjou dinheiro (ao menos ao entender de seu pai), e escreveu versos apaixonados à sua amiga de infância, Jenny von Westphalen. Em 1836, voltando de Bonn, ficou noivo dessa jovem e idealista de rara beleza filha do barão von Westphalen. Esse casamento desigual se deparou com grande oposição de ambas as famílias, vindo a se realizar-se oito anos depois.

Para realizar o desejo do pai, que pedia o término dos estudos antes do casamento, Marx matriculou-se, em julho de 1836, na Universidade de Berlim, maior e mais séria, na qual ele passou os quatro anos seguintes, afastou-se do Direito, apaixonou-se pela História e pela Filosofia e abandonou o romantismo em favor do hegelianismo que predominava na capital naquela época.

Com 23 anos Marx se forma com um trabalho sobre um tema filosófico. Estudioso de Feuerbach, Marx escreve a **“Crítica do direito público de Hegel”**, cuja introdução foi publicada em Paris no ano seguinte por Ruge, nos **“Anais Franco-Alemães”**.

Na França, Marx entrou em contato e foi bem recebido por vários grandes intelectuais, sobretudo o seu grande amigo e colaborador de toda a vida, Friedrich Engels. Começou a registrar suas idéias e novas concepções em uma série de escritos que mais tarde ficariam conhecidos como **“Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844”**, mas que permaneceram inéditos até 1932, quando foram organizados e publicados na Ex-União Soviética (BOOTMORE e NISBET, 1980).

Nestes manuscritos, Marx esboçava uma concepção humanista do comunismo, influenciada pela filosofia de Feuerbach e baseada num contraste entre a natureza alienada do trabalho no capitalismo e uma sociedade comunista na qual ao seres humanos se desenvolveriam livremente sua natureza e liberdade em produção cooperativa.

Em Bruxelas, Marx dedica-se a um estudo intensivo da história e cria a teoria que veio a ser conhecida como a concepção materialista da história. Essa concepção foi exposta em um trabalho (publicado postumamente), escrito em colaboração com Engels e conhecido como **“A Ideologia Alemã”**.

Na conferência da Liga Comunista realizada em Londres em fins de 1847, Marx juntamente com Engels recebeu a incumbência de escrever um manifesto comunista que fosse a expressão mais resumida das concepções da organização. Pouco depois da publicação do **“Manifesto Comunista”**, em 1848, uma onda de revoluções varreu a Europa.

Ao fixar-se em Londres, Marx volta a participar de uma liga comunista renovada e escreve dois extensos folhetos sobre a revolução de 1848 na França, e suas conseqüências, intitulados **“As lutas de classe na França de 1848 a 1850”** e **“O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”**. Marx consegue se dedicar e aprofundar-se nos estudos de economia política, sociologia e história de tal modo que seu conhecimento e argumentação

impressionam a todos os que o conhecem. Desta são as sementes que mais tarde iriam eclodir em **“O Capital”**.

Durante a primeira metade da década de 1850, a família de Marx vive em condições de grande pobreza. Ao chegar a Londres, a família já tinha quatro filhos, e dois outros nasceram pouco depois. Destes, apenas três meninas sobreviveram. Marx tem de levar a vida em grande parte por meio de donativos, sobretudo de seu amigo Engels. A renda era suplementada por artigos semanais que Marx escrevia, como correspondente estrangeiro, para o jornal norte-americano *New York Daily Tribune*.

As condições de moradia foram na maioria das vezes catastróficas; ocasionalmente, até a mobília era penhorada. Heranças recebidas em fins da década de 1850 e princípios da década de 1860 tornaram um pouco melhor a situação financeira da família, mas só a partir de 1869 ele pôde dispor de uma renda suficiente e constante, que lhe foi assegurada por Engels.

Entre 1857 e 1858, Marx redigiu o manuscrito **“Esboços da Crítica da Economia Política”**, só foi publicado em 1941. No trabalho *O Capital*, desenvolveu sua versão da teoria do Valor Trabalho e suas concepções da Mais-Valia e da Exploração. O segundo e o terceiro livro de **“O Capital”** ainda não tinham sido terminados na década de 1860, e Marx trabalhou neles pelo resto de sua vida. Ambos foram compilados por Engels a partir de notas originais e publicados após a morte de Marx.

Participou ativamente da Comuna da Paris de 1871, quando os cidadãos da capital rebelaram-se contra seu governo e tomaram a cidade por um período de dois meses e sobre o qual escreveu: **“A guerra civil na França”**. Em Londres fundou, em 1864, a **“Associação Internacional dos Trabalhadores”**. Morreu em 14 de março de 1883 aos 65 anos.

Método de Análise de Marx

Para entender o capitalismo e explicar a natureza da organização sócio-econômica humana, Marx desenvolveu uma teoria abrangente e universal, a qual procura ser generalizante o suficiente para explicar a lógica da sociabilidade humana. Vimos que Comte e também Durkheim vão trabalhar com o conceito de generalidade, mas a inovação de Marx está em apontar as relações de produção como a base fundante para a organização sócio-cultural do Homem.

Para Marx, o estudo do modo de produção é de extrema importância para a compreensão da organização de uma dada sociedade. As relações sociais de produção, nesse sentido, são consideradas as mais importantes relações sociais. Os modelos de família, as leis, a religião, as idéias políticas ou os valores sociais são aspectos cuja explicação depende, em principio, do estudo do desenvolvimento e do colapso de diferentes modos de produção.

O desenvolvimento de um modo de produção e a transição para outro são para Marx dois fatos interdependentes, resultando das relações entre base material e forma social. Analisando a história, Marx identificou modos de produção específicos, tais quais: sistema comunal primitivo, asiático, antigo-escravista, feudal e capitalista. Cada qual representa diferentes formas de organização da propriedade e do trabalho, bem como da exploração do homem pelo homem. A partir da identificação dos modos de produção e organização societal, Marx foca sua atenção no modo de produção capitalista.

Para o autor, o elemento central do capitalismo consiste na troca lucrativa no mercado. Sua expansão ocorre através do desenvolvimento das forças produtivas e do aumento constante da produtividade do trabalho por meio do controle da inovação técnica pelo capital. A maior parte do volume do trabalho da sociedade é realizado por trabalhadores que foram separados dos meios de produção, sendo obrigados a vender sua força de trabalho para ter acesso aos meios de vida.

Marx ressalta que, embora seja ideologicamente uma forma de organização social fundada na liberdade e na busca de oportunidades no livre mercado, sua característica fundamental é que o distingue das formas societais anteriores é a compulsão. Os indivíduos são compelidos, para ter acesso aos meios de sobrevivência a agir segundo os imperativos de competição, acumulação, maximização de lucros e aumento de produtividade do trabalho. Dessa forma, esses elementos regulam não somente as transações econômicas, mas também todas as relações sócio-culturais, políticas e educacionais.

A Diferença entre Essência e Aparência no Método Marxista

Segundo Marx, há uma grande diferença entre essência e aparência quanto a forma como o fenômeno se apresenta. Nesse sentido, para o autor, é preciso uma rede de categorias adequadas (plano abstrato) para se apreender o real (plano concreto) que, para Marx, é a síntese de múltiplas determinações:

“(...)o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado e não um ponto de partida.” (MARX, 1978: 218 - 219).

Assim, num primeiro momento, o pesquisador olha para o real, mas para apreendê-lo, passa à abstrações cada vez mais delicadas até atingir as determinações mais simples. Marx dá o exemplo do estudo da população de um país. Ele coloca que, a primeira vista ela parece ser a “base e o sujeito do ato social de produção”. No entanto, em uma observação mais atenta, percebe-se que a população é uma abstração, se não forem consideradas as classes sociais que a compõe, que por sua vez, também é uma “palavra oca”, se não se considerar os elementos sob os quais repousa, como o trabalho, o capital. Uma vez determinadas as categorias mais simples, pode-se conhecer o fenômeno.

Portanto, segundo Marx, o real é ao mesmo tempo, uma síntese, um resultado e o ponto de partida da observação imediata:

“(...) primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento” (MARX, 1978: 219).

Dessa forma, segundo Marx, é através do pensamento que, de uma abstração conceitual que se torna possível conhecer o real, o concreto: “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento” (Marx, 1978: 219).

Segundo Marx, para a consciência, o movimento das categorias, isto é, das determinações mais simples, surge como um ato de representação do real “na medida em que a totalidade concreta, enquanto totalidade de pensamento é de fato, um produto do pensamento, da atividade de conceber” (Marx, 1978: 219). Nesse sentido, as categorias de Marx consistem nos conceitos mais simples que determinam uma dada relação e pressupõe uma categoria mais completa. Por ex, a categoria valor de troca pressupõe a de população. Para Marx “o valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado” (idem: 117)

Marx, portanto, parte da premissa filosófica de que o real somente o é enquanto tal quando concebido pelo pensamento. Nesse sentido, é possível o conhecimento da realidade em sua totalidade para Marx à medida que há a sua apropriação pelo pensamento através de um processo de abstração conceitual.

Assim, o conhecimento é possível através de um processo de abstração e determinação das categorias mais simples que determinam o real. No entanto, cabe ressaltar que essas categorias não são independentes do processo histórico real (p.220). De acordo com Marx:

“(...) a abstração mais geral nasce com o desenvolvimento concreto mais rico, em que um caráter aparece como comum a muitos e em todos” (MARX, 1978:222).

Portanto, deixa-se de ser possível pensá-lo de forma particular. Marx dá o exemplo da categoria trabalho. Marx afirma que a abstração da categoria trabalho em geral é o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos.

Para Marx as categorias são determinadas a partir do
concreto, representando esse concreto, não sendo independentes
do processo histórico

De acordo com Marx, o todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamento, é um produto do cérebro que, por sua vez, se apropria do real. O sujeito real permanece subsistindo em sua autonomia fora do cérebro.

Nesse sentido, retomando o exemplo da categoria trabalho, Marx coloca que a indiferença em relação ao gênero (ou tipo) de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivo. Ele ressalta que não há abstrações mais gerais onde não exista o desenvolvimento concreto mais rico, no qual uma característica aparece como comum a todos. A indiferença em relação a um trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um gênero de trabalho a outro. Dessa forma, não se pode pensar sob o ângulo de uma particularidade:

“(...) o trabalho se converteu não apenas como categoria, mas na efetividade de um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade” (MARX, 1978: 119).

Ainda segundo Marx:

“(...) o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo, cujo resultado é o mundo e isso é fato na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, é de fato um produto do pensar; não é um produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação e que se engendra em si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos” (MARX, 1978: 117).

Assim, para Marx, as categorias abstratas são, resultado de abstração e ao mesmo tempo produto de condições históricas e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas (MARX, 1978: 120).

As categorias exprimem determinações de existência, aspectos isolados da sociedade e do sujeito e, por conseguinte, esta sociedade não se inicia a partir do pensamento, “a partir do momento em que se trata dela como tal” (Marx, 1978: 121).

Outra característica da categoria enquanto conceito marxista é que ela não é determinada em uma ordem histórica: é errôneo colocar todas as categorias na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante” (MARX, 1978: 122).

Portanto, para Marx, há uma diferença entre a exposição teórica e a história real uma vez que o conhecimento não é uma cópia passiva da realidade. Daí em sua obra *O Capital*, iniciar pela explicação da mercadoria, categoria essencial do capitalismo e somente depois apresentar os capítulos históricos. O mesmo ocorre na obra *O 18 Brumário*, em que primeiro descreve o golpe de Estado e depois vai historicizando o processo de luta de classes na França:

“(...)a ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna e que é, precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico” (MARX, 1978: 122).

A categoria é o concreto pensado como síntese de múltiplas determinações;

Através da abstração intelectual a partir do real é possível a compreensão

da realidade, que num primeiro momento aparece como caótica.

Para Marx, a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, sendo a economia burguesa, portanto, aquela que fornece a chave para a economia feudal ou da Antigüidade. Ele ressalta que esse conhecimento não se dá através do método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em toda a sociedade. Portanto, trata-se de uma hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa que, por ser a forma mais desenvolvida, compreende as formas anteriores, ela “se ergue sob as formas de sociedade desaparecidas” (MARX, 1978: 120).

Dessa forma, o método marxista reflete sobre a dinâmica das relações sociais no capitalismo. Segundo Marx, o capitalismo, assim como sua estrutura de classes, se caracteriza por ser **antagônico**, uma vez que está fundado na relação capital versus trabalho; **contraditório**, porque está fundado sobre a base trabalho que tende a se reduzir e **progressivo**, dado que a ciência e a tecnologia passam a girar em torno do sistema capitalista. De acordo com Marx, as contradições na sociedade capitalista não se suprimem, elas se desenvolvem, culminando na superação do próprio capitalismo. Portanto, a **contradição** é o princípio da dinâmica do desenvolvimento em todos os modos de produção e organização social.

Assim, Marx faz a defesa do pensamento científico e seu caráter explicativo. O materialismo histórico foi a teoria criada pelo autor para analisar objetiva e criticamente as leis sócio-históricas. Diferentemente de Durkheim o qual enfatiza nesse processo de conhecimento as condições de coesão social, Marx irá enfatizar a questão da mudança social como dinâmica do desenvolvimento das formas societais.

Trabalho e Alienação em Marx

A centralidade do trabalho está relacionada com o fato de ser, para Marx, um elemento de mediação Homem - Natureza pela qual o Homem transforma a si mesmo e a Natureza, produzindo formas de sociabilidade que incluem a cultura, a política o próprio trabalho que mudam historicamente. O trabalho é um ato de concepção. O indivíduo imprime formas diferentes ao seu trabalho em função da dimensão reflexiva deste. O trabalho humano possui uma finalidade que a reprodução da vida individual, mas na forma de sociabilidade desenvolvida. Não é um ato meramente mecânico. Ele é provido de sentido. Portanto, ele é planejado.

O trabalho, como meio de satisfação de necessidades humanas é universal e sempre existirá na medida em que o Homem sempre fará intervenções no sentido transformador. Por isso, para Marx, não podemos falar em fim do trabalho ou da centralidade para a reprodução da vida social.

Foi por meio do trabalho, atividade vital, que os indivíduos, homens e mulheres, de diferentes etnias e culturas se diferenciaram dos animais. Para Marx, o problema se coloca quando o Homem vive exclusivamente para o trabalho, quando este se torna se um esforço penoso e alienante. No capitalismo o trabalho ‘e alienado porque:

- a) Aliena a natureza do Homem;
- b) Aliena o Homem de si mesmo, de sua própria função ativa – do trabalho, sua atividade vital;
- c) Assim também o aliena de sua espécie.

Assim, para Marx:

“(...) primeiramente ser o trabalho algo externo ao trabalhador, não fazer parte de sua

natureza e, por conseguinte ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido (MARX, 1988: 65)”.

Ainda de acordo com Marx, o trabalho no capitalismo

“ (...) não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de que, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga (...) o trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação” (MARX, 1988:68).

Para Marx, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem; por no trabalho ele não pertencer a si mesmo, mas sim a outra pessoa. O trabalho alienado transforma a vida da espécie em vida individual, alienando o homem de sua própria espécie. Isso porque a atividade vital, vida produtiva, agora aparecem ao homem apenas como meios para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência física. A vida produtiva, contudo, é a vida da espécie.

No tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter como espécie; é a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. É na vida em espécie que o Homem se individualiza. O trabalho alienado inverte a relação, pois o homem, sendo um ser consciente e realizador, faz de sua atividade vital, de seu ser, unicamente um meio para sua existência física. Nesse sentido é que Marx afirma que o Homem se sente mais humano, mas atividades mais animais e um animal no trabalho.

Assim, alienação consiste no processo por meio do qual a essência humana dos trabalhadores se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapõe a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital. O que Marx defende no capitalismo, portanto é o fim do trabalho alienado através da emancipação do trabalho enquanto criador de valores de troca.

O trabalho no seu sentido mais geral é um ato de concepção e de relação Homem-Natureza, através do qual o Homem transforma a Natureza e, ao transformar a Natureza transforma a si mesmo.

Portanto, se o trabalho é elemento de mediação Homem – Natureza e atividade vital, não é possível afirmar em fim do trabalho e sim a redução de formas concretas, historicamente determinadas de trabalho, como por exemplo, o trabalho fabril.

A introdução de inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo é uma constante no modo de produção capitalista. Marx foi um dos primeiros a tratar esses elementos como endógenos ao processo de acumulação desse modo de produção, analisando-os no contexto da dinâmica das relações de classes sociais do capitalismo.

Cumpramos ressaltar que a teoria de Marx sobre o processo de trabalho está intimamente relacionada com sua teoria das classes sociais, sendo o conceito de classe construído a partir das formas de apropriação do trabalho excedente que, por sua vez, relaciona-se com as formas de propriedade, ou seja, a propriedade ou não dos meios de produção.

Vale dizer ainda que, para Marx, a fábrica moderna nasceu mais da observação e apropriação do saber do artesão do que da incorporação do conhecimento científico à produção de mercadorias, como bem

demonstra Marx na análise da transformação do trabalho artesanal até a grande indústria. É nesse sentido que a problematização da relação entre trabalho e educação assume uma extrema relevância.

Para Marx, o processo de trabalho no capitalismo consiste em um processo de valorização do capital, sendo o seu objetivo principal o aumento da produção da mais valia. A questão que se coloca para o capital é a de como aumentar a produção da mais valia independentemente do prolongamento da jornada de trabalho.

Esse processo torna-se possível através da redução do tempo de trabalho necessário - a parte do tempo que o trabalhador utiliza para si mesmo - e aumento do mais trabalho, que corresponde ao tempo de trabalho para o capitalista. Dessa forma o capital aumenta a força produtiva do trabalho “ (...) mediante mudanças nos meios de trabalho ou nos métodos de trabalho ou em ambos” (MARX, 1988: 238) e o processo de valorização do capital passa a se estabelecer através da mais valia relativa.

Portanto, o capital realiza a mais valia relativa através de um processo de mudanças nos meios de produção e métodos de organização do trabalho por meio da tecnologia, que por sua vez, reduz o valor da mercadoria e da força de trabalho. Há um estímulo individual do capitalista para a redução do tempo de trabalho necessário que é o barateamento da mercadoria devido à concorrência dos demais capitalistas. A concorrência, assim, impele o capitalista a transformar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho (MARX, 1988). Nesse sentido,

“(...) a mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho que se fez sentir ao capitalista com o novo método na forma de ter que vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, impele seus competidores, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção” (MARX, 1988: 241).

O capitalista que introduz as mudanças no processo produtivo tem a possibilidade de apropriar-se de maior parte da jornada de trabalho para o mais trabalho do que os demais capitalistas que ainda não introduziram a mudança. Entretanto, essa mais valia extra, obtida quando o capitalista individual consegue obter maior lucro que os demais, desaparece à medida que a mudança se generaliza na economia capitalista.

Portanto, o aumento da força produtiva do trabalho estende-se pelos ramos da produção, por um lado, barateando a mercadoria e, por outro lado, reduzindo o valor da força de trabalho. Nas palavras de Marx

“(...) é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador” (MARX, 1988: 242).

Há, assim, um estímulo intrínseco ao modo de produção capitalista que faz com que o capitalista queira investir em novas técnicas de produção e organização do trabalho, alterando as forças produtivas. De acordo com Marx, o que distingue as diferentes épocas econômicas.

“(...) não é que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (Marx, 1988: 144).

Ao analisar a cooperação, a manufatura e a grande indústria, Marx demonstra como modo de produção capitalista vai ajustando, historicamente, as forças produtivas do processo produtivo à sua determinação.

Na fábrica, o processo de produção constituiu resultado direto da aplicação científica e tecnológica sobre como produzir. A máquina, que no início do século XIX tinha por princípio operar várias ferramentas ao mesmo tempo, significou o início do processo de automação industrial, cuja tendência apontada por Marx

era de tornar-se cada vez mais intenso. Nesse período, o capital torna-se independente das habilidades do trabalho vivo. O ritmo do processo e as habilidades requeridas passam a ser definidos pela máquina, havendo uma perda significativa de conteúdo do trabalho, concomitantemente a um processo de intensificação do trabalho e tornando real a subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto.

Sendo assim, a introdução e difusão de inovações tecnológicas no processo produtivo alteram as forças produtivas no modo de produção e reprodução social capitalista. Esse elemento impõe a necessidade do controle sobre o trabalho à medida que garante o caminho da produtividade, inibindo os tempos improdutivos para o capital e, portanto, garantindo a sua acumulação.

Marx considerou o conceito de controle do trabalho como central para o processo de industrialização: foi o modo pelo qual o trabalho foi subordinado ao capital.

O controle como prática torna-se um componente necessário às relações capitalistas de produção na medida em que os trabalhadores não fornecem totalmente sua capacidade de trabalho, mas a retêm por meio da responsabilidade de concepção e execução das tarefas. Sob essas condições, os gerentes tentam assegurar todo o potencial do poder do trabalho, visando à garantia e o crescimento da produtividade no processo de trabalho.

Marx e a Educação

Marx promoveu fortes críticas ao discurso daqueles que propunham a educação como uma atividade capaz de promover por si mesma a transformação necessária da sociedade. Para ele, a atividade do educador é parte do sistema, e, portanto não pode encaminhar a superação efetiva do modo de produção entendido como um todo. A transformação não depende do voluntarismo de um ou outro sujeito social, mas de condições sócio-culturais concretas criadas coletivamente. Assim, o educador/professor, enquanto sujeito social, não pode ser visto como o sujeito capaz de se sobrepôr à sua sociedade e encaminhar a revolução e a criação de um novo sistema.

Assim, para Marx, a atividade do educador tem seus limites. Porém, é atividade humana, aquilo que ele denominou de práxis, isto é, uma relação dialética entre ação e reflexão. Dessa forma, a práxis do educador consiste em uma intervenção subjetiva na dinâmica social, podendo contribuir para a construção da mudança.

Portanto, a concepção marxista de educação esta inserida na concepção do Homem e da História. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição social deve ser entendida como um espaço permeado por contradições, conflitos, diferenças de valores, interesses e convicções que correspondem às perspectivas distintas dos sujeitos sociais coletivos em função da oposição entre as classes sociais.

Considerações Finais

Marx desenvolveu uma teoria abrangente e universal, a qual procura ser generalizante o suficiente para explicar a lógica da sociabilidade humana. Vimos que Comte e também Durkheim vão trabalhar com o conceito de generalidade, mas a inovação de Marx está em apontar as relações de produção como a base fundante para a organização sócio-cultural- educacional do Homem.

O trabalho é uma categoria fundamental. Ele consiste em um ato de concepção e de relação Homem-Homem e Homem – Natureza. O indivíduo imprime formas diferentes ao seu trabalho em função da dimensão reflexiva deste. O trabalho humano possui uma finalidade que a reprodução da vida individual, mas na forma de sociabilidade desenvolvida. Não é um ato meramente mecânico. Ele é provido de sentido. Porém, no capitalismo assume uma forma alienada.

O trabalho, portanto, como meio de satisfação de necessidades humanas é universal e sempre existirá na medida em que o Homem sempre fará intervenções no sentido transformador. Por isso, para Marx, não podemos falar em fim do trabalho ou da centralidade para a reprodução da vida social.

II - SÍNTESE DO MÓDULO

A produção de bens envolve as forças produtivas (objetos, matérias-primas extraída da natureza e os instrumentos ou ferramentas de trabalho e as máquinas) e as relações de produção (forma como os homens se organizam para executar a atividade produtiva). Exemplos de formas de relações de produção são as cooperativistas, escravistas, servis e capitalistas. As forças produtivas e as relações de produção são históricas.

A estrutura da sociedade reflete a forma de como os homens organizam a produção social de bens, ou seja, do modo de produção. Para compreender as formas como se dão as relações sociais (interação entre os homens) é necessário o estudo do desenvolvimento e do colapso dos diferentes modos de produção social.

A concepção marxista de educação esta inserida na concepção do Homem e da História. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição social deve ser entendida como um espaço permeado por contradições, conflitos, diferenças de valores, interesses e convicções que correspondem às perspectivas distintas dos sujeitos sociais coletivos em função da oposição entre as classes sociais.

As principais contribuições da teoria marxista para a Sociologia e para a Educação foram da dinâmica histórica, da relação entre consciência e realidade e a inserção do Homem e sua práxis (seu fazer) no contexto social em seu processo de humanização.



III – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado(a) aluno(a),

Para ampliar as informações sobre os saberes trabalhados no módulo 3 e complementar a sua compreensão sobre o estudo realizado, acesse o link abaixo:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>

Nesse endereço eletrônico você acessará o texto intitulado **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos, de Dermeval Saviani.**



IV - REFERÊNCIAS

COSTA, C. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Moderna. 2000.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2001.

TOMAZI, N. **Introdução a Sociologia**. Porto Alegre: L&M. 2000.

Bibliografia Complementar:

MARX, K. O Capital. **Coleção Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural. 1988.

BOTTOMORE, T. e NISBET, R. (org.) **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1980.

FROMM, E. **Conceito Marxista de Homem**. Rio de Janeiro. Zahar Eds. 1980.



MÓDULO IV - MAX WEBER (1864-1920) : A SOCIEDADE DA CULTURA

CONTEÚDO BÁSICO

- a) Vida e obra de Weber;
- b) Discussão sobre o método e conceitos fundamentais da teoria weberiana;
- c) Contribuições de Weber para a educação.

OBJETIVO

Neste módulo, você deverá ser capaz de discutir a explicação sociológica de Weber e caracterizar o método e os conceitos desenvolvidos pelo autor, relacionando suas influências na prática educativa.

Bom trabalho!

I – TEXTO BÁSICO

Breve histórico da vida e obra de Weber

Weber nasceu em 21 de abril de 1864 em Erfurt, em uma família da alta classe média. Vários membros da família de seu pai eram empresários bem-sucedidos e juristas de renome. O pró-prio pai era, quando Weber nasceu, um jurista respeitado, tendo se tornado posteriormente um parlamentar influente em Berlim. A mãe de Weber vinha de uma família com tradição intelectual: vários de seus familiares eram ativos em círculos culturais e intelectuais, inclusive professores universitários. Weber (como seu irmão Alfred Weber, também cientista social de projeção na Alemanha) foi iniciado bem cedo em estudos de línguas e humanidades tendo recebido sua formação básica e secundária em Berlim, entre 1873 e 1882, no ramo da escola de tradição humanista-intelectual.

Na sua formação universitária dedicou-se simultaneamente aos estudos de direito, administração, história, filosofia e teologia. Casou-se também em família da alta burguesia intelectual. Sua mulher (Marianne Weber) foi criada participando de círculos intelectuais e culturais como sobrinha e cunhada de projetados professores universitários. Consta que foi sua grande incentivadora e colaboradora e, posteriormente a sua morte, a sua mais importante biógrafa.

De outro lado, o cientista, profundo conhecedor da filosofia alemã, dialogando com Hegel, Nietzsche e, sobretudo com Kant, capaz de conduzir uma reflexão contumaz para provar a incompatibilidade da filosofia para dar conta de explicar a sociedade e oferecer novas perspectivas de vida social porque ela pretendia ser absoluta, universal e atemporal. É em Dilthey (1833-1911) que Weber toma a sustentação para seu projeto de contrapor ao pensamento filosófico uma teoria social concreta.

Weber viveu na Alemanha em momento histórico muito particular: em estado de reorganização social (a transição do reino alemão para a República de Weimar). Ele viveu como homem, como cidadão e como político, atuando como Constituinte e oficial do exército alemão e tendo sido ainda administrador de hospital durante a Primeira Guerra Mundial. Viveu a difusão do marxismo dentro dos próprios matizes sociais oferecidos pelo legado deixado por Marx - o marxismo doutrinário e o marxismo científico. Testemunhou o estágio de um capitalismo diferente do estágio analisado por Marx, principalmente na Alemanha.

No plano intelectual conviveu com intensa controvérsia entre os paradigmas dominantes das ciências sociais: o retorno às «ciências do espírito», surgimento de um «novo kantismo»; a presença permanente de Hegel, a penetração da crítica nietzscheana e o auge da corrente sócio-histórica representada por Dilthey.

Nesta dimensão podemos entender a resistência de Weber aos movimentos sociais dogmáticos sustentados pelo marxismo, tanto da classe trabalhadora quanto de círculos acadêmicos. Na sua ótica, o perigo do dogmatismo consistia em prometer uma sociedade impossível de se consolidar na prática (via a sociedade socialista preconizada pelos marxistas como uma utopia) e comprometer o projeto nacionalista da Alemanha uma vez que as lutas e as cisões internas enfraqueciam o país internamente e o colocavam em situação desfavorável no continente. Para Weber, a unidade da Nação estava acima das diferenças de classes e as classes subalternas deveriam aderir ao projeto de Nação da burguesia emergente.

O que se destaca em Weber pode ser resumido em duas grandes características: ter sido um dos pioneiros na ciência social empírica e um grande pensador que almejava descobrir a “verdade científica” nas relações sociais. Como pensador, ele encarnava duas dimensões no relacionamento com o conhecimento - «pensou como político; foi cientista com olhar de político e foi político com o olhar do cientista», além disso, ética e tolerância foram características que se mantiveram constantes na sua vida particular e profissional (GOHN, 1992).

Como intelectual do seu tempo, dialogou com o marxismo como cientista - querendo entendê-lo como teoria social, almejava completá-lo e não refutá-lo. Como professor universitário, consta que foi pioneiro na promoção de Marx como cientista social, levando suas teses para o ambiente universitário e abrindo espaço para a discussão acadêmica e científica das mesmas, que ele declarava serem «geniais».

Após a Primeira Guerra Mundial, da qual participou, Weber mudou-se para Viena. Em 1918, voltou à cátedra, depois de 19 anos de afastamento. Em 1919 assumiu uma cadeira na Universidade de Munique. Morreu em 1920.

O Método de Análise weberiano

Weber nos apresenta a mais densa e criativa proposição da sua sociologia, a explicação do processo de construção social pelos homens, de seu modo de vida e de suas instituições, nas suas relações entre eles e com o mundo material, ou seja na ativa, intencional e racional ação social.

O autor defende a sociologia como «ciência da ação humana», na medida em que seria dotada da possibilidade de explicar o sentido das relações dos homens orientadas para os outros homens e a sua produção cultural (material e política). Por isso podemos afirmar que a sociologia weberiana constrói, no seu núcleo, uma teoria da ação social cujo objetivo é compreender o sentido particular pelo qual o sujeito social é motivado a agir de uma forma e não de outra.

A grande preocupação de Weber é exatamente verificar como os homens, agindo racionalmente para fins específicos e determinados, intencional e conscientemente, de posse de meios escolhidos racionalmente, se organizam para produzir relações sociais particulares. Entre elas, o próprio capitalismo e conseqüentemente as relações sociais capitalistas. Seu objeto de análise é, portanto, o conjunto das instituições sociais produzidas pelos homens em processos de relação entre eles e com o mundo material.

A Busca da Objetividade nas Ciências Sociais

Como visto anteriormente, para Weber, a sociologia é uma ciência que tem como objeto a ação social.

“(...) é uma ciência que pretende entender pela interpretação a ação social para explicá-la causalmente nos seu desenvolvimento e nos seus efeitos. Por ação, deve-se entender um comportamento humano (...), sempre que o sujeito ou sujeitos ligam a ela um sentido subjetivo). A ação social é, portanto, uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela (WEBER, 1992: 400).

Assim, a função do pesquisador é compreender o significado dessa ação que se estabelece na relação entre os sujeitos ou atores sociais. Weber refere-se à compreensão como sendo o modo pelo qual a investigação empírica se traduz em explicação causal (ROSSI, 1973:19).

Para Weber, toda a ação social está condicionada por idéias de valores que são fenômenos culturais. Portanto, as ações sociais estão carregadas de sentido. Para Weber:

“(...) ao pesquisador cabe destacar na realidade, por um lado, a estrutura atual das relações e da significação cultural de suas diversas manifestações e, por outro, as razões que fizeram com que historicamente se desenvolvesse dessa forma e não de outra” (WEBER, 1992: 20).

Ainda para o autor,

“(...) a realidade empírica é cultura porque e na medida em que a relacionamos com idéias de valor” (WEBER, 1992: 124).

Nesse sentido, Weber passa a denominar as ciências histórico-sociais como ciências da cultura.

Segundo Weber, a realidade é um conjunto inesgotável de acontecimentos. Ela “é infinita e caótica”. Sendo assim, só é possível conhecê-la a partir da seleção de um segmento da realidade individual na medida em que ele se encontra em relação com as idéias culturais de valor que o pesquisador tem da realidade (Weber, 1992: 129). Para o autor, apenas as idéias de valor que dominam o pesquisador é que podem determinar o objeto de estudo e os limites desse estudo (Weber, 1992:133). Como então garantir a objetividade da análise? Segundo Weber, isso é possível através do rigor metodológico, que será visto posteriormente.

Cabe ressaltar que a idéia de individualidade para Weber está relacionada com a idéia de particularidade. Em outras palavras, para Weber, a ênfase no aspecto individual refere-se ao fato do fenômeno estar condicionado por relações particulares com outros (ROSSI, 1973:22). Isso porque as ciências histórico-sociais devem explicar um fenômeno em sua particularidade e, portanto, no processo específico em que surgem. Essa é uma das diferenças entre as ciências histórico-sociais e as ciências naturais, que explicam o fenômeno referindo-se às suas leis gerais. A explicação da individualidade pressupõe um saber monolítico, isto é: um conjunto de uniformidades típicas de comportamento empiricamente comparável. As regras gerais estarão presentes na teoria do tipo ideal, que será abordado posteriormente.

A realidade consiste em um conjunto inesgotável de acontecimentos. Nas ciências histórico-sociais, a ordenação depende da ação e da seleção do investigador,

uma vez que a ação social implica na ação do indivíduo em relação

a outros indivíduos, referindo-se à comunidade ou à sociedade

em um processo de conexão de valores.

A ação social ocorre, assim, com base em determinados valores. Nesse sentido, cabe ao investigador investigar o significado cultural dos fenômenos da vida. De acordo com Weber:

“(...) chamamos de ciência da cultura as disciplinas que se esforçam por conhecer a significação da estrutura de um fenômeno cultural e o fundamento desta significação não pode ser tirado de nenhum de sistema de leis, por mais perfeito que seja, assim também como aí não se encontram sua justificação e sua inteligibilidade, porque pressupõem a relação dos fenômenos com as idéias de valor. O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é cultura para nós porque e na medida em que a relacionamos com idéias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através dessa relação tornam-se significativos para nós. E somente por isso e na medida em que isso ocorre, interessa-nos conhecer a sua característica individual” (WEBER, 1992: 127).

Como já visto, de acordo com Weber, todos os fenômenos da realidade estão condicionados pela orientação de interesse do observador e a orientação define-se em conformidade como o significado cultural que ele atribui ao evento, em cada caso individual ou particular. O autor afirma ainda que sempre que um processo da vida cultural se vincula àquele fato básico, através dos elementos de sua especificidade nos quais repousa, ele constitui um problema de ciência social.

Weber ainda ressalta que todos os fenômenos estão relacionados, no sentido mais amplo, à existência física do Homem, assim como à satisfação de suas necessidades mais ideais. Sendo assim, define os problemas sócio-econômicos em três categorias:

a) fenômenos econômicos: são aqueles cujo significado cultural reside basicamente no seu aspecto econômico. Ex: acontecimentos da vida e da bolsa, que interessa ao pesquisador “essencialmente deste ponto de vista”. Constituem instituições que, normalmente, foram criadas ou são utilizadas conscientemente para fins econômicos;

b) fenômenos economicamente relevantes: são acontecimentos, como por ex. da vida religiosa que não interessam ao pesquisador, pelo menos em primeiro lugar, do ângulo de seu significado econômico e em nome dele, mas que, em determinadas circunstâncias podem adquirir um significado econômico desse ponto de vista, considerando-se que deles resultam determinados efeitos que interessam ao pesquisador em uma perspectiva econômica;

c) fenômenos economicamente condicionados: aqueles que cujos efeitos econômicos pouco ou nenhum interesse oferecem ao pesquisador, com por ex, a orientação do gosto artístico de uma determinada época. No entanto, tais fenômenos revelam, em determinados aspectos significativos de seu caráter, uma influência mais ou menos intensa de motivos econômicos.

Cabe ao pesquisador, a partir de seus juízos de valor, selecionar o

fenômeno (ação social) desejado, explicando-o em sua individualidade. A objetividade da análise dependerá do rigor da investigação empírica, portanto, do método utilizado pelo pesquisador. Cabe a ao pesquisador ordenar o fenômeno de forma não contraditória e através de explicações causais.

Portanto, para Weber, somente através do rigor metodológico é possível garantir a objetividade da análise nas ciências histórico-sociais, uma vez que o objeto de análise é definido a partir das idéias de valor do investigador que irá explicar o fenômeno em sua conexão de sentidos.

A Construção do Tipo Ideal

O conceito de tipo ideal é de grande importância na teoria weberiana. O tipo ideal consiste em uma construção intelectual do pesquisador mediante a acentuação de determinadas características de um fenômeno:

“(...) obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante ao encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos (...) e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se tornar um quadro homogêneo de pensamento” (WEBER, 1992: 138).

O tipo ideal é, portanto, uma abstração intelectual. No entanto, a construção do tipo ideal se faz a partir da observação dos fenômenos histórico-sociais:

“(...) trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica (...). Tem antes o significado de um conceito limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de se esclarecer o conteúdo empírico” (WEBER, 1992: 140).

A partir dessa observação é que o pesquisador acentua determinados elementos, criando um conceito “puro”, que contenha as características gerais do fenômeno. O tipo ideal consiste assim, em um conceito que reúne as características gerais de um fenômeno e que servirá de instrumento ao pesquisador na medida em que for comparado ao fenômeno da realidade a fim de explicar as sua individualidade (ou particularidade).

“(…) a sua [do tipo ideal] acentuação com os fatos empiricamente dados consiste em que onde quer que se comprove ou se suspeite que determinadas relações chegaram a atuar, em algum grau, sobre a realidade, podemos representar e tornar compreensível pragmaticamente a natureza particular dessa relações mediante um tipo ideal (…) o tipo ideal é acima de tudo uma tentativa de apreender os indivíduos ou os seus diversos elementos em conceitos genéricos” (WEBER, 1992: 137 - 140).

A diferença entre o tipo ideal que é um conceito genérico e os conceitos genéricos simples é que ele não é uma “média”. O caráter típico do tipo ideal consiste em que se ressalta aquilo que é específico a um fenômeno cultural. Em outras palavras, busca-se o que é específico para criar um conceito que se torna geral:

“(…) o fato de poderem ser utilizados os tipos ideais, incluídos os de caráter genérico, e de efetivamente o serem, apenas oferece um interesse metodológico com relação a outra circunstância” (WEBER, 1992: 145).

Como visto anteriormente, a sociologia, segundo Weber tem como objeto a ação social, cabendo ao pesquisador explicá-la a partir de uma singular conexão de sentidos. Isso porque a ação social se encontra determinada pelo sentido. Sendo assim, para a compreensão desses sentidos, Weber, a partir da observação da realidade, cria tipos ideais de ação social, em que estão presentes as características gerais da ação. Cabe ressaltar que essa tipologia não existe na realidade, sendo uma abstração conceitual. Os **tipos puros de ação** podem ser assim descritos:

a) racional em relação a fins: determinada por expectativas de comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens e utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para a obtenção de fins próprios, racionalmente definidos e perseguidos;

b) racional em relação a valores: determinada pela crença consciente no valor - interpretável como ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma - próprio e absoluto de um determinado comportamento, considerado como tal, sem levar em consideração as possibilidades de êxito;

c) afetiva: especialmente motivada por afetos e estados sentimentais atuais;

d) tradicional: determinada por costumes arraigados.

Na compreensão da relação social é importante a diferenciação conceitual que Weber faz de sociedade e de comunidade. Cabe ressaltar que ambas são encaradas do ponto de vista da orientação dos atores quanto à atitude na ação social. Portanto, quando há o predomínio de ações afetivas e/ou tradicionais, tem-se uma comunidade e, quando predominam as ações racionais, tem-se uma sociedade.

De acordo com Weber, em sua obra “Classe, Estamento e Partido”, podemos falar em classes quando certo número de indivíduos tem em comum um componente causal específico em suas vidas. Esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, sendo representado também sob as condições de mercado produtos ou trabalho.

Para o autor, esses pontos referem-se a situação de classe que pode ser expressa como a oportunidade de oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, à medida que essas oportunidades são condicionadas pelo volume e pelo tipo de poder - ou falta deles - de dispor de bens e habilidades em benefício da renda de uma determinada ordem econômica. Assim, propriedade e falta dela são as categorias básicas de todas as situações de classe.

Portanto, classe refere-se, segundo Weber,

“(...) a qualquer grupo de indivíduos que se encontram na mesma situação de classe” que, por sua vez, é uma situação de mercado. O que cria a classe é um fator econômico, ou melhor, os interesses ligados à existência do mercado onde estão disponíveis os bens e as oportunidades de renda. Nesse sentido, as classes sociais se encontram em uma ordem econômica e não em uma ordem social” (WEBER, 1992: 211).

A ordem social, segundo Weber é a forma pela qual os bens e serviços são distribuídos e usados. Weber irá dizer ainda que, àqueles cujo destino não é determinado pela oportunidade de usar bens e serviços do mercado não constituem uma classe, mas sim um estamento. O autor argumenta que o desenvolvimento do poder econômico pode ser condicionado em seu desenvolvimento por um fator que não econômico, como uma ética religiosa. Portanto, argumenta que o poder econômico não emana somente das relações econômicas.

As Relações entre Religião e Capitalismo

A relação entre religião e capitalismo é desenvolvida por Weber em **“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”**, uma obra na qual o autor busca explicar o desenvolvimento do capitalismo no ocidente. Para tanto, ele elege a ética protestante que se desenvolve no ocidente como a causa provável desse desenvolvimento. Portanto, Weber estabelece uma conexão de sentidos entre o desenvolvimento do capitalismo ocidental e o desenvolvimento da ética protestante.

De acordo com Weber, o capitalismo sempre existiu em todas em todos os países e épocas.

“(...) onde se realize a satisfação de necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas, qualquer que seja a necessidade” (WEBER, 1956: 236).

Assim, o capitalismo se apresenta de formas diferentes nos diversos períodos da história. No entanto, no ocidente é que ele adquire determinadas especificidades, tornando-se único e dando origem ao capitalismo moderno. Nas palavras de Weber:

“(...) só podemos dizer que uma época é tipicamente capitalista quando a satisfação das necessidades se faz, conforme seu centro de gravidade, orientada de tal forma que, se imaginarmos eliminada esta forma de organização, fica em suspenso a satisfação da necessidade” (WEBER, 1956: 237).

Weber, ao analisar a história do capitalismo define um tipo ideal de capitalismo ocidental em que estão contidas as premissas mais gerais que caracterizam esse sistema e o distingue do capitalismo presente no oriente. Weber ressalta que a característica mais geral do capitalismo moderno “é a contabilidade racional de todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas” (Weber, 1956: 237).

As características mais gerais que definem o capitalismo enquanto um tipo ideal são: a contabilidade racional e o suprimento das necessidades com fins de lucro.

Weber destaca as demais características que definem o capitalismo moderno. São elas:

- a) apropriação dos bens materiais de produção (a terra, instrumentos, máquinas) como propriedade de livre disposição por parte das empresa lucrativas autônomas;
- b) liberdade mercantil em relação a toda limitação irracional, envolvendo limitações estamentais dos grêmios e monopólios;
- c) técnica racional mecanizada, tanto na produção quanto na troca;
- d) direito racional, isto é, calculável, no sentido de haver um contrato com regras que serão seguidas por todos (para que a exploração econômica capitalista proceda racionalmente precisa confiar que a justiça e a administração seguirão determinadas pautas);
- e) trabalho livre, isto é, que existam pessoas, tanto no aspecto jurídico com econômico, abrigadas a vender sua atividade no mercado;
- f) comercialização na economia, isto é, o desenvolvimento de uma economia contabilizada, possibilitando a atividade mercantil e da rentabilidade. Nesse momento, em que a comercialização se agrega às demais características do cap, nasce um novo elemento, a especulação, na medida em que os bens patrimoniais se representam por meio de valores transferíveis., como os títulos de participação nas empresas.

Entretanto, o problema permanece. Weber se pergunta: Por que o capitalismo se desenvolve no ocidente e não no oriente? De onde vem essa cultura específica centrada na racionalidade? Weber elege então, como característica específica do ocidente o desenvolvimento de uma ética religiosa - a ética protestante - e estabelece uma relação causal entre o desenvolvimento dessa ética e o espírito do capitalismo. O “espírito do capitalismo consiste em um “estilo de vida normativo baseado e revestido por uma ética” (Weber, 1967: 37)”.

Weber estabelece uma possibilidade objetiva d o desenvolvimento de uma cultura ética racional do protestantismo ascético com a formação de uma mentalidade econômica de um ethos de um sistema econômico”

Weber começa verificando que a maior parte dos proprietários ou da mão de obra qualificada é protestante. Para ele, a Reforma não eliminou o controle da Igreja sobre a vida cotidiana, mas na substituição do controle vigente sob uma nova forma. Observa ainda que os protestantes possuem uma tendência ao racionalismo econômico que não é vista entre os católicos.

Assim, a ética protestante impôs ao crente a desconfiança com relação aos bens deste mundo, o que o levou a adotar um comportamento ascético. Trabalhar racionalmente tendo em vista o lucro, e não gastá-lo, foi, por excelência, uma conduta necessária ao desenvolvimento do capitalismo, sinônimo do reinvestimento contínuo do lucro não consumido, portanto o excedente, o que poderia ser uma explicação para o processo de acumulação de capital.

Além disso, estudando as religiões, Weber descobre situações particulares de conduta religiosa no calvinismo,

condutas não presentes em outras religiões, e indica que estas particularidades poderiam ser explicações da existência do capitalismo tal como ele se manifestava. Seriam elas: abolição de ritualismos tradicionais - o calvinismo desenvolveu uma prática religiosa racionalizada diferente da prática engendrada por outras religiões decorrentes de visões de mundo contemplativas e espiritualistas que sugeriam ao crente esperar salvação na providência divina e na vida junto de Deus; o calvinista assumiu ter que trabalhar para ser bom diante de Deus, com o que estabeleceu o rompimento com a esperança de uma vida celeste e melhor após a morte, resultando na ênfase da conquista da salvação «aqui e agora» pelas virtudes da religião e do trabalho.

Em conseqüência, o calvinista levava uma vida sem prazeres mundanos, virtuosa e dedicada ao trabalho, situação que beneficiou a acumulação capitalista.

Sociologia e Educação

Weber não considerou especificamente a educação como o fez Durkheim, debruçando-se mais particularmente sobre a ciência e a tecnologia, bem como papel do cientista enquanto um educador.

Para o autor, o progresso científico é o mais importante de um processo de racionalização. Racionalização significa o conhecimento especializado. Daí Weber dizer que significa o desencantamento do mundo. A ciência possui três funções importantes, quais sejam:

a) Coloca a nossa disposição certo número de conhecimentos que nos permite dominar tecnicamente a vida por meio da previsão;

b) Fornece métodos de pensamento, isto é, um instrumento e uma disciplina;

c) Contribui para a clareza e o esclarecimento - “(...) enquanto cientistas, poderemos compelir uma pessoa a dar-se conta do sentido último de seus próprios atos ou ajudá-la em tal sentido” (WEBER, 1993: p 46). Esse é o sentido da responsabilidade do cientista.

Assim, de acordo com Weber, a ciência é uma “vocação” alicerçada na especialização e posta ao serviço de uma tomada de consciência de nós mesmos e do conhecimento das relações objetivas. Ele afirma ainda que a ciência não é produto de revelações religiosas na figura de profeta para assegurar a salvação das almas. Ao contrário, a ciência traz consigo um saber crítico, porém resignado (GOHN, 2003). Para Weber, “(...) quem não for capaz de suportar esse destino, cabe voltar-se para as igrejas, mas terá que ser feito o sacrifício do intelecto” (WEBER, 1993: 47 - 51).

Considerações Finais

Weber, um dos grandes teóricos da sociologia, procurou apreender os sistemas sociais da sociedade capitalista do seu tempo nos seus traços singulares. Ao demonstrar a “ética protestante» como o «espírito do capitalismo», pretendeu demonstrar como a conduta humana é orientada em função de uma visão geral de mundo, tomando, como recurso heurístico, a ética protestante.

Ao analisar a história do capitalismo, ele definiu um tipo ideal de capitalismo ocidental em que estão contidas as premissas mais gerais que caracterizam esse sistema e o distingue do capitalismo presente no oriente. Weber ressalta que a característica mais geral do capitalismo moderno “é a contabilidade racional de todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas” (Weber, 1956: 237).

Weber pretendeu demonstrar que a representação religiosa da existência e a visão de mundo que ela desenvolve, bem como a forma de conduta humana por ela engendrada é uma das causas do capitalismo, sendo possível, portanto, estabelecer uma relação causal entre desenvolvimento de uma dada ordem social e uma ética religiosa.

Weber não considerou especificamente a educação, debruçando-se mais particularmente sobre a ciência e a tecnologia, bem como papel do cientista enquanto um educador.

Para o autor, o progresso científico é o mais importante de um processo de racionalização constante que levam ao “desencantamento do mundo”, posto que racionalização implica no conhecimento especializado.



II - SÍNTESE DO MÓDULO

Weber foi um profundo conhecedor da filosofia alemã, dialogando com Hegel, Nietzsche e, sobretudo com Kant, capaz de conduzir uma reflexão contumaz para provar a incompatibilidade da filosofia para dar conta de explicar a sociedade e oferecer novas perspectivas de vida social porque ela pretendia ser absoluta, universal e atemporal.

Ao analisar a história do capitalismo, Weber definiu um tipo ideal de capitalismo ocidental em que estão contidas as premissas mais gerais que caracterizam esse sistema e o distingue do capitalismo presente no oriente. Weber ressalta que a característica mais geral do capitalismo moderno é a contabilidade racional, bem como o suprimento das necessidades com fins de lucro.

Os estudos de Weber sobre religião centram-se em dois grandes problemas: o primeiro é histórico - em que medida certas seitas protestantes, ou, de modo mais geral, o espírito protestante, influenciaram a formação do capitalismo? O segundo é sociológico e também de ordem teórico-metodológica - em que sentido a compreensão das condutas econômicas exige a referência às crenças religiosas e aos sistemas sociais do mundo dos atores? Para Weber, não há cisão entre o homem econômico e o homem religioso porque é em função de uma ética determinada (no caso a religiosa) que o homem econômico define a sua ação e, conseqüentemente, a sua forma de vida.

Assim, Weber pretendeu demonstrar que a representação religiosa, a visão de mundo que ela desenvolve e a forma de conduta humana por ela engendrada é uma das causas do capitalismo, sendo possível estabelecer uma conexão de sentidos e relações causais entre ambos os elementos, levando à consolidação de uma forma específica de organização social.



III – LEITURA DO TEXTO BÁSICO

Prezado(a) aluno(a),

Leia com atenção o módulo 4 do Guia Impresso intitulado Max Weber (1864-1920) : A sociedade da cultura.

Sugestão para leitura: Faça duas leituras do texto indicado. Na primeira, você deverá ler do começo ao final do texto sem interrupções, na segunda, marcando com um lápis tudo aquilo que você não entender.

Alguns pontos que você deve se ater para a realização do projeto de estudo:

- Manter uma atitude de ‘pesquisador(a)’ com respeito, pontualidade e ética frente aos procedimentos que não entendeu, idéias que não ficaram claras e qualquer outra dificuldade.
- Buscar anotar todos os acontecimentos que são de relevância para o seu aprendizado.

Boa leitura a todos!

IV – LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado(a) aluno(a),

Para ampliar as informações sobre os saberes trabalhados no módulo 4 e complementar a sua compreensão sobre o estudo realizado, acesse o link abaixo:

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a14v29n2.pdf>

Nesse endereço eletrônico você acessará o texto intitulado Administração e participação: reflexões para a educação, de Fernando C. Prestes Motta.



V - REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

COSTA, C. **Introdução a Sociologia**. 2000.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

TOMAZI, N. **Introdução a Sociologia**. 2000.

Bibliografia Complementar:

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. Campinas: Ed. da Unicamp. 1992.

WEBER, M. **História Econômica General**. México: Guadamarra: 1956.

GONH, G. **Crítica e Resignação em Max Weber**. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

ROSSI, P. **Ensayos sobre Metodologia Sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu Eds. 1973.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prezado aluno(a),

Foi com muita satisfação que trabalhamos juntos neste módulo e buscamos discutir algumas questões fundamentais.

Nosso objetivo foi introduzi-lo na discussão da Sociologia enquanto ciência e no contexto de seu nascimento; capacitá-lo no uso dos principais temas e conceitos abordados pela Sociologia; proporcionar a análise dos principais precursores do pensamento sociológico: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber e suas respectivas concepções de educação, relacionando assim, a sociologia com a educação numa discussão mais ampla.

Esperamos termos alcançado esse objetivo e que você tenha ficado satisfeito com o desenvolvimento de nosso curso.

Para finalizar, gostaríamos de enfatizar que a Sociologia não deve ser apenas um campo específico do conhecimento voltado para os profissionais que se dedicam à pesquisa social. Ela deve ser parte integrante da formação de todo profissional, especialmente você pedagogo e educador, contribuindo para o desenvolvimento do espírito crítico em relação à realidade, bem como de responsabilidade e respeito para com o outro no âmbito da totalidade social.



VII - REFERÊNCIAS GERAIS

BOOTMORE, T e NISBET, R. (org.) História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1980.

COSTA, C. Introdução a Sociologia. São Paulo: Moderna. 2000.

DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Cia. Nacional. 1985.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos. 1974.

GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GONH, G. Crítica e Resignação em Max Weber. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

HOBBSAWM, E. As Revoluções Burguesas. Madrid: Guadamarra.1982.

MARX, K. O Capital. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural. 1988.

TOMAZI, N. Introdução a Sociologia. Porto Alegre: L&M. 2000.

WEBER, M. Metodologia das Ciências Sociais. Campinas: Ed. da Unicamp. 1992.

ROSSI, P. Ensayos sobre Metodologia Sociológica. Buenos Aires: Amorrortu Eds. 1973.

